

Davi Machado Perez

**CONSOLIDAÇÃO E ATUALIDADE DO CAPITALISMO
DEPENDENTE NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE
TEÓRICO NO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Serviço Social.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis
2015

Davi Machado Perez

**CONSOLIDAÇÃO E ATUALIDADE DO CAPITALISMO
DEPENDENTE NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE
TEÓRICO NO SERVIÇO SOCIAL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, 5 de Fevereiro de 2015.

Prof.^a Dr.^a Vânia Manfroi
Presidente da banca e Coordenadora do PPGSS - UFSC

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Beatriz Paiva
Membra
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Márcia Goulart Stemmer
Membra
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Lucinéia Scremin Martins
Membra
Universidade Federal de Goiás - UFG

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Perez, Davi Machado
Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no
Brasil : contribuição ao debate teórico no Serviço Social /
Davi Machado Perez ; orientador, Ricardo Lara -
Florianópolis, SC, 2015.
156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. capitalismo dependente. 3.
imperialismo. 4. serviço social. 5. realidade brasileira.
I. Lara, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III.
Título.

Dedico esse trabalho a todos/as colegas de categoria, e a todos/as
companheiros/as e camaradas de luta com os quais pude compartilhar
momentos de troca, aprendizado e crescimento humano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador e camarada Ricardo Lara, pelo aprendizado e pela possibilidade de desenvolver esse trabalho com liberdade e autonomia; a minha mãe Simone Matos Machado, pelo apoio e contribuição durante toda a minha formação; aos meus avós maternos Liraci Matos Machado e Brazilio Machado Filho, por todo apoio; ao meu pai Augusto Cezar Vieira Perez pelo apoio e minha avó paterna Marlene Vieira Perez pelo exemplo de vida e dedicação; a todos/as camaradas com os quais tive o privilégio de compartilhar coletivamente a luta cotidiana e a formação teórica, política e humana; a todos/as colegas de categoria e companheiros/as de luta com os quais compartilhei a atuação nos espaços da ENESSO, ABEPSS ou CFESS-CRESS; e a todos/as lutadores/as do movimento estudantil, sindical, popular ou cultural que de alguma maneira contribuíram para minha formação e crescimento pessoal nas lutas e trocas do dia a dia.

Dormia

A nossa Pátria Mãe tão distraída

Sem perceber que era subtraída

Em tenebrosas transações

Seus filhos

Vagavam cegos pelo continente

Levavam pedras feito penitentes

Erguendo estranhas catedrais

Chico Buarque – Vai passar

Madeira de dar em doido

Vai descer até quebrar

É a volta do cipó de aroeira

No lombo de quem mandou dar

Geraldo Vandré – Aroeira

Meu porto, meu destino, meu abrigo.

São meu povo unido com suas próprias mãos.

Taiguara – Universo do meu povo

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e tem como tema a consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil. Trata-se de uma contribuição para o debate teórico no âmbito do Serviço Social brasileiro, dialogando com suas atuais diretrizes curriculares. A principal referência são os aportes do sociólogo Florestan Fernandes, relacionados com elementos trazidos por outros autores marxistas ao longo do trabalho. Com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento crítico das diretrizes curriculares do Serviço Social, abordamos elementos centrais acerca da consolidação do capitalismo dependente no Brasil, inserido no contexto do capitalismo global. Posteriormente levantamos alguns dados e análises extraídos de fontes documentais e bibliográficas para problematizar a atualidade do capitalismo dependente na realidade brasileira.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Imperialismo. Brasil. Florestan Fernandes. Serviço Social.

ABSTRACT

This study was developed as literature and is subject to consolidation and updating of dependent capitalism in Brazil. This is a contribution to the theoretical debate within the Brazilian Social Work, dialoguing with their current curriculum guidelines. The main reference are the contributions of the sociologist Florestan Fernandes, which are related to other Marxists authors throughout the work. In order to contribute to the critical development of curriculum guidelines of Social Work, we discuss key elements about dependent capitalism consolidation in Brazil, inserted in the context of global capitalism. Later lifted some extracted data and analysis of documentary and bibliographic sources to question the relevance of dependent capitalism in the Brazilian reality.

Keywords: Dependent capitalism. Imperialism. Brazil. Florestan Fernandes. Social Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PRECEDENTES DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL	38
1.1 COLÔNIA.....	38
1.2 INDEPENDÊNCIA E IMPÉRIO.....	45
2 EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	56
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA E DITADURA CIVIL-MILITAR.....	86
2.2 TRANSIÇÃO 'LENTA, GRADUAL E SEGURA' PÓS-DITADURA DE CLASSE ABERTA.....	114
3 APONTAMENTOS SOBRE A ATUALIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA REALIDADE BRASILEIRA	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

O presente trabalho elaborado como dissertação para obtenção do título de mestre em Serviço Social faz parte de um esforço para contribuir com o processo de formação teórica das/dos assistentes sociais. Reafirmando a importância das atuais diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS como ponto de partida fundamental para a defesa de uma formação crítica, que seja capaz de desvendar as contradições da realidade social e apontar o rumo de um novo projeto societário a ser protagonizado pelas classes trabalhadoras.

Nossa abordagem tratará de elementos históricos e estruturais a respeito do processo de emergência e consolidação do capitalismo no Brasil, para posteriormente problematizar a atualidade do capitalismo dependente e suas implicações sociais, econômicas e culturais. Enfatizamos a importância do aprofundamento dessas compreensões enquanto pressupostos para tratar de questões gerais e específicas da realidade social, sendo tal acúmulo uma importante bagagem para o desenvolvimento teórico e político nos espaços da categoria das/dos assistentes sociais. A consideração das particularidades do capitalismo dependente brasileiro pode influenciar em práticas *políticas* e/ou *profissionais*¹ que demandam uma apreensão da realidade na qual estão

¹ Não se trata aqui de entender a ação política como algo restrito à categoria dos assistentes sociais, e nem de particularizar os espaços políticos da categoria sem compreender que os mesmos se relacionam com as disputas políticas existentes na sociedade como um todo. Nossa contribuição, portanto, pode servir e ser apropriada – se for o caso - por qualquer tipo de coletividade política que represente as lutas da classe trabalhadora na busca de um horizonte estratégico a partir de uma compreensão da realidade nacional.

interagindo, entendendo que qualquer espaço específico de atuação é permeado pela essência dos elementos gerais que constituem a totalidade da sociedade como complexo de complexos. Buscaremos, então, problematizar a implicação da categoria *capitalismo dependente* para a compreensão histórica e atual da realidade brasileira.

O desenvolvimento desse trabalho não abordará especificidades da profissão do Serviço Social, trata-se de uma contribuição para o debate teórico a respeito da própria realidade na qual a profissão atua, considerando a importância de uma formação generalista para o desenvolvimento da autonomia teórica e política de nossa categoria profissional. Mas, primeiramente, gostaríamos de abordar algumas questões introdutórias a respeito: 1) do processo que culminou no atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; 2) da questão principal a ser abordada neste trabalho; e 3) do método de apreensão da realidade que pretendemos aqui desenvolver.

Em escala global, é inegável que o Serviço Social surge como profissão que cumpre um papel determinado dentro da divisão social do trabalho na sociedade capitalista. De acordo com Netto (2011, p.17) “mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional” é indiscutível o relacionamento entre “o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa”. A profissão do Serviço Social emerge não apenas como um resultado da “*questão social*”²

² Segundo Netto (2001) “Na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro, a “questão social” é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”. Porém, “a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”. A expressão “questão social” tem seu emprego datado na terceira década do século XIX, tendo sido utilizada para dar conta dos fenômenos da primeira onda industrializante na Europa Ocidental: pauperismo, desigualdade, etc. O termo foi apropriado pelo

tomada abstratamente, mas como necessidade de um momento específico do processo de constituição da sociedade burguesa: a *transição para o capitalismo dos monopólios*, e neste contexto a profissão adquire “funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura” (NETTO, 2011, p. 18). A fase monopolista/imperialista do capitalismo radicaliza as chamadas expressões da “questão social”, com o aumento da miséria, do desemprego e com a precarização das relações de trabalho; esse contexto coloca ao Estado burguês a necessidade de um profissional qualificado para lidar diretamente com essa realidade, na tentativa de atenuar os conflitos decorrentes dessas mazelas intrínsecas ao sistema capitalista em sua fase monopolista.

No Brasil, o Serviço Social foi constituído, em sua origem, por “um compósito referencial ideal incorporado pelo projeto sócio-político conservador [...] próprio à burguesia monopolista” (NETTO, 2011, p. 81). Embora a profissão sempre tenha sido suscetível a reproduzir práticas da velha filantropia, para Silva (2013, p. 80):

O Serviço Social não é, portanto, uma simples extensão das velhas práticas filantrópicas (ainda que as incorpore). Ele é algo substancialmente novo, uma profissão como tal, socialmente reconhecida, que nasce da incorporação-acomodação do arcaico (com todos seus resquícios também de ordem colonial, escravocrata e patriarcal que certamente contaminaram as ações filantrópicas no Brasil), superando-o técnica e cientificamente na medida

pensamento conservador da época, que apresentava a ideia de que a questão social seria algo “eterno” e existente em qualquer sociedade humana, a expressão era criticada pelo movimento proletário revolucionário. O autor utiliza a expressão entre aspas e enfatiza a importância de contextualizá-la historicamente indicando que a questão social é a razão de ser do Serviço Social, e “até a sua resolução com a supressão da ordem do capital, ainda está aberto um longo caminho para esta profissão”.

em que o mercado de trabalho profissional se expande e se consolida por meio das grandes instituições assistenciais direta ou indiretamente articuladas a um Estado organicamente vinculado à reprodução do capital na era monopólica.

Na análise de Netto (2011) a afirmação do *estatuto profissional* do Serviço Social dá-se mediante um duplo dinamismo: De um lado sua função socialmente colocada, e do outro, as reservas próprias de força construídas teoricamente e na prática social, tendo relativa autonomia em relação às suas *requisições extrínsecas*. O *sistema de saber* do Serviço Social tem, então, sua incidência no campo conflitante desses dois vetores. Esse tipo de relação é comum a toda profissão inserida na divisão social (e técnica) do trabalho no contexto da sociedade burguesa em sua era monopólica, não cabendo aqui ‘absolutizar’ nenhum desses dois elementos (*sua função própria* à sociedade e sua *relativa autonomia*), mesmo que o ‘parasitismo’ próprio desta sociedade exerça significativa influência no desenvolvimento de cada profissão específica.

A *autoimagem* que tradicionalmente o Serviço Social construiu sobre sua afirmação e desenvolvimento acaba obscurecendo o duplo dinamismo que evidencia suas contradições e seu acirramento nos momentos de fundação, renovação e/ou refundação da profissão. De acordo com Netto (2011) é equivocada a visão que trata de um suposto fundamento “científico” que teria originado o perfil profissional das/dos assistentes sociais, tal ideia endógena da profissão oculta o seu aparecimento como consequência de uma necessidade da própria ordem capitalista em uma determinada fase de seu desenvolvimento, bem como, não evidencia esses conflitos *entre* a dinâmica das forças teóricas

e prático-sociais próprias do Serviço Social e o seu papel socialmente colocado.

Tivemos dois episódios significativos na história da profissão no Brasil, onde o “auto ilusionismo ideológico” buscou entender as redefinições profissionais somente pela alteração no sistema de saber que o referencia, e também acabou obscurecendo a visão que se pode ter de sua estrutura teórica: Um deles foi a viragem psicologista, ligada ao enfoque psiquiátrico, que no final dos anos vinte trouxe papel peculiar ao Serviço Social de Caso; outro foi a prática do Desenvolvimento de Comunidade, no segundo pós-guerra (NETTO, 2011). Para compreender essas viragens práticas e teóricas, seja do Serviço Social de Caso ligado à psicologia freudiana/neofreudiana, ou do Desenvolvimento de Comunidade com influências funcionalistas, não basta apenas entendermos tais mudanças como consequências da incorporação de novas teorias e saberes científicos, é preciso levar em consideração as mudanças e os rearranjos ocorridos na própria ordem social, que evidenciam as relações recíprocas entre *estrutura* e *formas de consciência*. Compreender o peso dos fatores externos ao relativo grau de autonomia da profissão é de fundamental importância se buscamos um projeto profissional capaz de dar conta da compreensão de nossa realidade social, vislumbrando a sua transformação.

Porém, para além do elemento da “autoimagem” do Serviço Social há características de sua própria natureza *sócio profissional* que constituem sua peculiaridade enquanto “um exercício prático-profissional *medularmente sincrético*” (NETTO, 2011, p. 92). Como seu princípio constitutivo, o *sincretismo* perpassa todo o desenvolvimento do Serviço Social, sendo seu núcleo organizativo e sua norma de

atuação, compondo-se de três fundamentos objetivos de sua estrutura: o “universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exército profissional e a sua modalidade específica de intervenção” (NETTO, 2011, p. 92). Isso ocorre na medida em que a “questão social” assume uma natureza difusa e demanda variadas formas distintas de intervenção profissional, engendradas no complexo das mazelas sociais apresentadas na fase monopolista do capitalismo. Para Silva (2013, p. 57):

A departamentalização e a fragmentação da “questão social” em “questões sociais” tratadas por políticas setoriais sustentam-se na perspectiva da integração social, da redução de disfuncionalidades e da atomização, singularização e individuação de demandas imediatamente identificadas como pontuais, publicizando e desclassificando os “desarranjos” estruturais intrínsecos ao mundo do capital. Sob essa perspectiva, naturaliza-se a ordem burguesa, sua sociabilidade, e o social é reduzido a problemas e disfunções patológicas que remetem os insucessos e sucessos à esfera individual (por mais elaborada que seja a perspectiva aqui considerada).

Desse modo, a profissão busca a coerção e o consenso ao lidar com os conflitos sociais, e consolida pouco a pouco um *tecnicismo* que se sustenta na psicologização dos problemas sociais e em fragmentos teóricos recolhidos sincreticamente das Ciências Sociais.

Até a primeira metade da década de 1960 o Serviço Social no Brasil não apresentava no seu interior disputas teórico-políticas com alguma relevância, prevalecendo certa homogeneidade nas suas *projeções interventivas* e grande unidade nas suas propostas profissionais. É a *laicização* que dá as bases para a ruptura com esse cenário, principalmente a partir do golpe de 1964 e a instauração da

ditadura aberta de classe, cenário no qual “as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante” (NETTO, 2010, p.128). Conjuntamente com a laicização ocorre a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e “a consequente *disputa pela hegemonia* do processo profissional em todas as suas instâncias” (NETTO, 2010, p. 128), seja no projeto de formação, nos paradigmas de intervenção, órgãos de representação, etc.

A laicização abre maior espaço para que a teoria social marxista dispute a hegemonia do projeto político-profissional do Serviço Social. Sendo também determinante o próprio fato de o Serviço Social ter uma ação prática diretamente ligada aos conflitos sociais, que favorece – conforme a profissão ganha autonomia – que os assistentes sociais sejam “permeáveis a outros projetos sócio-políticos” (NETTO, 2011, p. 81), adquirindo no decorrer de sua trajetória elaborações teóricas e políticas que começam a expressar o anseio de transcender os limites do projeto conservador funcional à reprodução da ordem capitalista-monopolista. Esse contato direto com as consequências objetivas da contradição de classe evidente em nossa sociedade, favorece a adoção de uma concepção teórica preocupada em desvendar a realidade social em sua dinâmica concreta, tendo tendência a se distanciar de teorias que apenas mistificam e/ou justificam a atual ordem social.

Assim, conjuntamente com o processo de “redemocratização” ocorrido em meados dos anos 1980, em que a sociedade brasileira se oxigena politicamente, culturalmente e teoricamente, o Serviço Social busca consolidar seu projeto ético-político calçando-se na teoria social marxista. Ricardo Lara (2011, p. 35) sintetiza assim esse processo:

Em uma rápida linha de raciocínio, podemos dizer que o Serviço Social iniciou-se sob as balizas da teoria social da Igreja, passou para a concepção positivista de uma sociologia conservadora permeada por ecletismos e, no *movimento de reconceituação*, sofreu influências de um leque amplo de abordagens teóricas das ciências sociais, que vai desde as perspectivas funcionalistas, fenomenológicas, passando pelo vulgarismo teórico, até as fontes de uma teoria social crítica. Tais influências foram simultâneas e emergiram de acordo com as determinações históricas do País e, especialmente, com a necessidade da profissão em dar respostas que se aproximassem da realidade social brasileira. A luta pela redemocratização no início dos anos 1980, no alvorecer dos movimentos sociais, é um exemplo, que desencadeou a afirmação do compromisso do Serviço Social, nos *Códigos de Ética* de 1986 e 1993, com a classe trabalhadora e com os valores de uma sociedade que vá *para além do capital*.

Essa consolidação inicia seu processo de construção na transição da década de 1970 para a década de 1980, e é fruto de uma busca por superar o conservadorismo em suas diferentes expressões, bem como da necessidade de compreender a realidade social em sua dinâmica contraditória e histórica.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (CFESS, 2011, p. 19).

Os sujeitos políticos do âmbito profissional logram um movimento autônomo da categoria que busca transcender – embora nunca se desvincule plenamente – os limites apresentados à profissão a partir do Estado. Esse movimento se posiciona em favor dos interesses

da classe trabalhadora entendendo o papel central desta classe na construção de outra ordem societária.

A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", e afirmação de um novo perfil do técnico, não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente (CFESS, 2011, p. 19-20).

Nesse bojo emerge na profissão um processo rico de organização política e de desenvolvimento teórico, em que se busca entender a emergência histórica da profissão nas suas diferentes determinações, fazer a necessária mediação teoria-prática, e compreender a necessidade da articulação entre projetos estratégicos e políticos de longo prazo com as lutas coletivas imediatas dos explorados e oprimidos; vinculando, deste modo, esses desafios com a atuação profissional nos espaços institucionais.

É nessa perspectiva de *intenção de ruptura* que “o Serviço Social se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico” e a “interlocação com profissionais de diversas áreas do saber (historiadores, filósofos, sociólogos) cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento”, emergindo nesse meio a pesquisa “como um dos principais pré-requisitos para a formação e o exercício profissional” (LARA, 2011, p.34). Tem início, então, a interlocação da profissão com a obra de Marx, contato que em alguns casos se dava de

maneira enviesada e com duvidoso rigor teórico. Posteriormente já nos anos 1980 essa interlocução se enriquece, de acordo com Lara (2011, p. 34-35),

[...] com outros pensadores da tradição crítica como Antônio Gramsci, com as abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia; com Georg Lukács, no resgate da *centralidade do trabalho* e dos enunciados ontológicos da obra de Marx; com Agnes Heller, na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; com E. P. Thompson, na concepção acerca das “experiências humanas”; com Eric Hobsbawm, na contribuição sobre a interpretação marxista da história, além de outros importantes estudiosos críticos do *mundo dos homens*.

Essa mudança de direção “que caracteriza o processo de renovação do Serviço Social brasileiro está relacionada, também, à política cultural e educacional vigente no período”, pois “a cultura que ia se gestando nos meandros da “abertura democrática” recolocou em debate diferentes tendências no âmbito do marxismo” (SIMIONATTO, 1995, p. 83). Com isso o Serviço Social se aproxima de matrizes teóricas que colocam os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” como categorias essenciais para a análise e entendimento da realidade social. Os assistentes sociais começam a ter maior contato com a teoria crítica, e ela começa a ser estudada com maior profundidade, “com especial atenção para a teoria social de Marx” (LARA, 2011, p.35).

A contribuição da teoria social de Marx possibilita a compreensão do trabalho - criador de valor de uso³ - enquanto categoria fundante do ser social em sua mediação com a natureza:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2013, I, p. 120).

Essas relações de trabalho adquirem uma particularidade histórica na sociedade burguesa onde predomina o valor de troca, o trabalho assalariado e a lógica da acumulação de capital. Se compreendermos tais relações de produção e reprodução da vida social em sua verdadeira abrangência, seremos capazes de levar em conta todos os elementos culturais, psicossociais e políticos em sua total interação com tais relações materiais, sendo todos esses elementos constitutivos da própria *forma de ser* concreta.

Esse ponto de partida ontológico e histórico adquiriu essencial importância nas elaborações teóricas do Serviço Social, em sua busca por apreender a realidade social tanto em suas particularidades quanto em sua totalidade. Para Silva (2013, p. 22-23):

É nesse sentido que para Marx a categoria valor encontra sua concretude na categoria trabalho desdobrando-se em outras categorias – não centrais – que compõem a sociabilidade burguesa e que atingem o Serviço Social como profissão: o pauperismo, a violência, a família, entre outras, nas suas formas particulares de objetivação na vida

³ De acordo com Lukács (2013, p.44) “Não nos deve escandalizar a utilização da expressão “valor de uso”, considerando-a um termo muito econômico, uma vez que se está falando da gênese. Enquanto não tiver entrado numa relação de reflexão com o valor de troca, o que somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado, o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua existência. No trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social”.

social. *Portanto, situar o Serviço Social como uma profissão inserida no metabolismo do capital, como parte de sua produção e reprodução em escala ampliada, em um espaço complexo, contraditório e rico em mediações, é condição básica para explicar o significado social dessa profissão e para endossar uma atuação profissional inspirada no ponto de vista da totalidade.* Encontram-se, aqui, os pontos mais fecundos que sustentam um debate contraditório e necessário entre o Serviço Social e a Teoria Social de Marx.

A concepção de formação profissional que se constitui nesse processo tem clara intencionalidade, compreendendo a classe trabalhadora como portadora da potencialidade histórica de superação do atual modo de produção e organização da vida social⁴, construindo um novo projeto societário colocado como *tendência* futura intrínseca às próprias contradições da sociedade burguesa.

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora (CFESS, 2011, p. 20).

A orientação que direciona nossa atuação na busca da construção de um novo projeto de sociedade aparece com clareza no atual Código de Ética dos Assistentes Sociais, que propõe uma ação político-

⁴ Para Mészáros (2010, p. 153): “Ou o trabalho é o *antagonista estrutural e a alternativa sistêmica ao capital* – e, nesse caso, “compartilhar a força” com o capital trata-se de uma contradição absurda – ou permanece como a parte subordinada, segundo a própria estrutura (o sempre ameaçado “custo de produção”), do processo de autorreprodução ampliada do capital e, como tal, *sem nenhum poder*. A força efetiva do trabalho na ordem socioeconômica existente é *parcial e negativa*, como a *arma da greve*.”. Os limites objetivos das lutas parciais do trabalho se impõem mostrando que tal parcialidade é insustentável em longo prazo, portanto, apenas “sua força *potencialmente* positiva é de fato sustentável porque, pela sua própria natureza, não se limita à busca de objetivos *parciais*. A condição de sua realização é a força positiva do trabalho, entendido como alternativa sistemática ao modo de controle do capital que deve considerar a si próprio como o princípio estrutural radical do sociometabolismo como um todo”.

profissional que se vincule a luta por um projeto societário “sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 24).

É a partir do referencial do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que se elaboram as contribuições que utilizam como ponto de partida uma perspectiva teórica e de método capaz de apreender com mais concretude os elementos essenciais da totalidade social, entendendo que o processo de atualização, revisão, crítica e autocrítica do conhecimento humano das coisas será sempre uma necessidade latente.

Para Netto (2011, p. 150),

[...] a superação do sincretismo ideológico e teórico só é uma alternativa viável se, além de cortar com o seu travejamento original e tradicional, cancelar-se uma pretensão teórico-metodológica própria e autônoma. A experiência mostrou que, mantida esta – e, com ela, sub-repticiamente, *as incidências da tradição positivista (e neopositivista)* -, a renovação do Serviço Social reitera o ecletismo.

Dáí a importância da defesa de uma formação generalista, capaz de apreender o que de melhor a humanidade já acumulou no conhecimento da história da natureza e da sociedade. Tal pretensão não anula a necessidade de uma prática profissional cada vez mais capacitada, pelo contrário, coloca a mesma num patamar capaz de forjar sua relativa autonomia a partir de uma compreensão essencial e geral das próprias contradições sociais expressadas na imediatividade do cotidiano.

Os pressupostos norteadores da atual concepção de formação profissional do Serviço Social no Brasil entendem que a relação da profissão com a “questão social” é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos que são constitutivos

de seu processo de trabalho, sendo este “determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social”, bem como “pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABEPSS, 1996. p. 5).

As diretrizes curriculares da ABEPSS nos apresentam elementos fundamentais como ponto de partida para uma perspectiva “metodológica” capaz de dar conta dos atuais desafios profissionais, destacando a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado, e ainda a profissão como um processo: ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ABEPSS, 1996).

Para garantir uma formação completa, entendemos a importância da indissociabilidade entre os três núcleos de fundamentação dos currículos de Serviço Social: Os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, os fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional, pois “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996, p. 8). A articulação dos elementos presentes nos três núcleos de fundamentação é essencial, pois eles remetem a um “conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 9).

O foco deste trabalho permeia principalmente o núcleo de fundamentação da formação sócio histórica da sociedade brasileira:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p. 10).

O exercício de retomar o aprofundamento dessa compreensão, bem como verificar a sua atualidade possui grande importância, uma vez que:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5).

É tomando em conta os elementos centrais da emergência da sociedade burguesa e de sua radicalização como capitalismo monopolista, que podemos compreender a inserção do Brasil no capitalismo global enquanto processo histórico. *De que maneira sua dinâmica interna que consolidou um típico específico de desenvolvimento capitalista se integrou à estrutura geral e hierárquica da ordem monopólica.*

Nossa principal referência nesse trabalho é a contribuição do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, cujas formulações originais acerca da revolução burguesa no Brasil e da realidade nacional consideramos de importância crucial como ponto de partida para a continuidade do desenvolvimento e da atualização dessas análises. Para José Paulo Netto:

A concepção de dependência do Florestan não era weberiana, como foi de alguns teóricos da dependência que foram discípulos dele, o caso típico de Fernando Henrique Cardoso. Ele tem uma compreensão, a meu juízo, *rigorosamente marxista*. Os duros juízos dele sobre as classes dominantes brasileiras me parecem absolutamente corretos e verazes. Falecido há 18 anos, Florestan é um absoluto contemporâneo nosso, um companheiro de jornada. É bastante provável que num juízo futuro os novos problemas da realidade brasileira exijam respostas que talvez não encontremos na obra de Florestan, mas *as questões centrais foram as colocadas por ele*. (NETTO, José Paulo. *A atualidade de Florestan Fernandes*. Brasil de Fato, 2013. <<http://www.brasildefato.com.br/node/12398>>. Acesso em: 4 Janeiro 2015, grifos meus).

Embora já tenhamos uma bagagem a respeito do tema na elaboração teórica da categoria, ainda carecemos de dedicação e atenção mais profunda a este tema. Portanto, consideramos de fundamental importância o resgate da compreensão do capitalismo dependente desenvolvida por Fernandes, e a busca de análises e dados empíricos atuais sobre a conjuntura brasileira que permitam verificar a atualidade da dependência em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. Deste modo, podemos contribuir para o desenvolvimento

crítico do núcleo de nossas diretrizes curriculares que aborda a realidade brasileira.

No que diz respeito ao método, enfatizamos que os princípios que hoje fundamentam nossa formação profissional ressaltam a importância do rigor no “trato teórico, histórico e metodológico da realidade social”, buscando sempre compreender os problemas e desafios enfrentados pela profissão “no universo da produção; e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 6). Para tanto, é necessária a adoção de “uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 6), entendendo que a mais específica das situações analisadas sempre revelará na sua essência complexos maiores que dizem respeito à totalidade das relações sociais.

Por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade. (NETTO, 2011, p. 45).

O esforço por apreender a interação dos complexos específicos com os complexos de maior abrangência existentes no mundo real, necessita a superação de visões dualistas que colocam a compreensão do particular em oposição à compreensão da totalidade, negando que ambas coexistem e fazem parte desse complexo de complexos que é a realidade social. Nossa concepção deve buscar desvendar as mediações entre universalidade, particularidade e singularidade, sem ‘absolutizar’ as determinações gerais e ao mesmo tempo negando uma noção

fragmentária dos complexos específicos que desconsidere sua interação recíproca com os complexos de maior abrangência.

Nesta direção, rejeitamos qualquer *dogmatismo* que busque estancar o processo de apreensão do real em movimento, mas ao mesmo tempo também negamos um *ecletismo* que queira conciliar o inconciliável. Se considerarmos a apreensão de determinadas categorias como centrais no entendimento da realidade, nossa análise não pode ser *plenamente* compatível com uma perspectiva teórica que rejeite a existência de tais categorias. Isso também não significa desprezar acúmulos históricos ou dados de análise frutos de contribuições advindas de outras perspectivas teóricas, mas apontar a necessidade de manter *a coerência do método* no momento em que se for beber nessas outras fontes.

Afirmamos que “a pesquisa e a produção do conhecimento tornaram-se pré-requisitos essenciais ao assistente social”, sendo a investigação científica a “sistematização de uma determinada realidade social”, onde é necessário “apreender as intrincadas conexões do real” para poder “aproximar-se de respostas concretas, tão almejadas em suas intervenções profissionais” (LARA, 2011, p. 201). Para tanto se demanda um “intenso relacionamento entre sujeito e realidade social”, entendendo que “o conhecimento não é autônomo”, e rejeitando-se a sistematização oferecida “pela metodologia científica de cunho positivista, que constrói *a priori* os métodos e técnicas de pesquisa antes de aproximar-se do *modo de ser e existir* dos objetos de estudo” (LARA, 2011, p. 201).

Retomando a afirmação da intencionalidade e do posicionamento político claro, explícitos no Código de Ética da profissão, ressaltamos que,

Não devemos fazer da pesquisa e do conhecimento científico uma situação alheia às necessidades práticas e históricas do homem. Quando nos referimos à prática, não queremos dizer uma prática pragmática, bem ao modo burguês, mas uma prática que tenha relação direta com a *práxis social* entendida como campo de possibilidades da *transformação social* (LARA, 2011, p. 201).

Tratando das mudanças históricas nas sociedades humanas e da relação (dialética e não mecânica) da base econômica com a superestrutura erigida sobre ela, Marx (1857 [1977], p. 301-302, grifos meus) enfatiza que é sempre importante **diferenciar** as mudanças econômico-estruturais *das formas* “jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as *formas ideológicas* em que os homens *adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo*”. A *ideologia*, para nós, é entendida como as formas de consciência que se materializam nas ações de determinados grupos e/ou classes sociais em conflito nas sociedades humanas, trata-se de “uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a *práxis social* dos homens consciente e operativa”, sendo que somente “depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia” (LUKÁCS, 2010, p. 38). Compreendemos a ideologia enquanto “uma concepção do mundo” que se manifesta implicitamente “no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2001, p. 98-99).

Nesse entendimento, a ideologia tem plena vinculação com a ciência, e numa sociedade de classes sociais antagônicas o compromisso ideológico com determinada classe influencia – quer os indivíduos tenham consciência disso ou não – no direcionamento das investigações científicas.

Tratando das diferentes maneiras de se empregar o conceito de ideologia, Lukács (2014, p. 54, grifos meus) sintetiza assim sua posição⁵:

Creio que Gramsci tinha toda razão quando observa a esse respeito que nós, em geral, usamos a palavra ideologia *em dois significados inteiramente diferentes*. De um lado, trata-se do dado real, elementar para um marxista, de que na sociedade *cada homem existe numa determinada situação de classe à qual naturalmente pertence a inteira cultura de seu tempo*; não pode haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo *hit et nunc* da situação atual. Por outro lado, originam-se desta posição certas deformações, razão pela qual nos habituamos a entender a ideologia *também* como reação deformada em face da realidade. Creio que *devemos manter separadas estas duas coisas* quando usamos o termo ideologia; por isso – volto agora à questão ontológica – devemos deduzir disso que o homem é, antes de mais nada, como todo organismo, um ser que responde a seu ambiente. Isto significa que o homem *constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta* com base na sua realidade. Mas uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe, e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência. Creio que os chamados intelectuais desprovidos de vinculações sociais, como também o *slogan*, hoje na moda, do fim da ideologia, sejam uma pura ficção, que *não*

⁵ É curioso perceber que, apesar das dicotomias tão fomentadas no meio acadêmico, Lukács e Gramsci concordavam em questões fundamentais.

tem propriamente nada a ver com a efetiva situação dos homens reais na sociedade real.

Descartamos qualquer possibilidade de elaboração científica que se pretenda “neutra” e desvinculada de interesses políticos e ideológicos. Nossa orientação ideológica aqui reside tanto no compromisso com os interesses históricos da classe trabalhadora, quanto na proximidade com determinadas contribuições teórico-políticas que acreditamos darem melhor conta dos desafios aqui traçados. Segundo Mészáros (2012, p. 310, grifos meus):

Certamente, as restrições estruturais fundamentais, correspondentes às características inerentes das forças em questão, finalmente prevalecem, e cumulativamente até estreitam a margem de ação possível das forças sociais rivais, uma em relação à outra. Não obstante, *a escolha inevitável de uma alternativa específica em detrimento a outras carrega um compromisso ideológico igualmente inevitável* com determinada posição. Além disso, tal escolha também traz a necessidade de se realinhar à perspectiva geral, em sintonia com o curso de ação objetivamente adotado e implícito na alternativa escolhida, combatendo desse modo não apenas o adversário, mas até *as possibilidades rivais que poderiam surgir no mesmo lado da confrontação social fundamental*. É por isso que todo grande sistema de pensamento, *inclusive a orientação marxiana da crítica social*, é simultânea, e “incuravelmente”, *também uma ideologia*.

É com esse entendimento que a perspectiva científica aqui desenvolvida relaciona-se com uma orientação ideológica muito clara, e mesmo afirmando a existência desse posicionamento ideológico, ele não significa para nós – nesse caso – uma necessidade de mistificar a realidade. Na verdade o que buscamos é uma apreensão cada vez mais verás do real, mesmo que existam prioridades na análise orientada pela finalidade de nossa alternativa ideológica e política.

Para Lara (2011, p. 203) há – em termos gerais – dois grupos de pesquisadores no caldo conflitante das relações políticas,

[...] *os adaptados e os inquietos*. Os *inquietos* situam-se em uma apreciação crítica das condições sociais e têm como principal objetivo questionar e mostrar as contradições inconciliáveis do modo de produção capitalista, colocando a condição humana sempre em primeiro lugar em suas investigações. Do lado dos *adaptados*, esses lutam incessantemente para justificar tais contradições e buscam respostas que negam qualquer possibilidade de mudança e ruptura. Há aqueles que chegam, em muitos casos, a desenvolver conhecimentos que prejudicam em potencial a vida humana, ocultando suas visões de mundo e com o discurso da "neutralidade científica".

Portanto, toda a elaboração teórica carrega uma orientação ideológica, e o clareamento dessas orientações e de suas ligações – mais ou menos ocultas – com os interesses de classe conflitantes na sociedade é de primordial importância para lidarmos com o debate teórico-político sem obscurantismos, misticismos ou subjetivismos. Compreendendo que os interesses conflitantes na sociedade se refletem nas elaborações teóricas e se evidenciam em disputas ideológicas e/ou políticas ora implícitas ora explícitas.

Reafirmamos, então, nossa ortodoxia enquanto uma *ortodoxia de método*, calcada na dialética materialista, sendo tal compreensão de mundo e de humanidade indissociável de um compromisso ideológico com os interesses históricos da classe trabalhadora, bem como da necessidade e possibilidade da emancipação humana. Partindo dessa concepção para a tarefa de desvendar, aprofundar e atualizar as particularidades da realidade socioeconômica brasileira, como objeto de investigação indispensável para a formação teórica no Serviço Social.

Ao longo deste trabalho, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, será possível verificar um significativo apego às referências na obra de Florestan Fernandes, bem como a busca por relacioná-la com outras referências que trazem importantes complementos à sua contribuição. Nossa intenção é de fato explicitar ao máximo as contribuições de Fernandes, e resgatar o que consideramos o verdadeiro sentido de sua formulação marxista e original sobre nossa realidade, evidenciando a sua atualidade. Esperamos contribuir para esse desafio histórico de compreender a realidade brasileira e formular táticas e estratégias adequadas para a sua transformação, desafio este que não cabe a uma única pessoa e que consistirá sempre numa necessidade constante de atualização e desenvolvimento teórico e político.

1. PRECEDENTES DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

Em sua obra sobre a revolução burguesa no Brasil, após um primeiro capítulo de questões preliminares, Fernandes (2005) inicia o segundo capítulo tratando das implicações socioeconômicas da independência no Brasil e parte para o terceiro capítulo abordando o desencadeamento histórico da nossa revolução burguesa. Nos capítulos posteriores trata da integração do Brasil na ordem competitiva e depois na ordem monopolista, trazendo diversos elementos econômicos, sociais, políticos e culturais da dinâmica e da estrutura interna desse processo.

Tomaremos aqui como eixo esse mesmo fio condutor, trazendo diversas outras referências do mesmo autor e também de outros autores, buscando fazer as devidas relações entre os contextos mais gerais e globais da sociedade e as particularidades da realidade brasileira. A consideração dos elementos que são de fato estruturais e permanentes em nossa realidade, se diferenciando do que é meramente conjuntural, nos dará o ponto de partida necessário para pensar a atualidade do capitalismo dependente no Brasil.

1.1 – COLÔNIA

Em termos socioeconômicos é importante contextualizar o Brasil Colônia na fase histórica (que vai do final do século XV até meados do

século XVIII) da *acumulação primitiva*⁶, que impulsionou a futura ascensão do modo de produção capitalista. Sendo a produção capitalista um processo de transformação do dinheiro em capital, em que por meio do capital é produzido mais-valor e com o mais-valor se obtém mais capital, é preciso considerar que esse movimento necessita de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho, pressupondo a generalização do trabalho assalariado. Para Marx (2013, I, p. 785, grifos meus) “todo esse movimento parece [...] girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” [...] *prévia* à acumulação capitalista”, acumulação esta que “*não é resultado do modo de produção capitalista*, mas seu ponto de partida”. A história da acumulação primitiva “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, I, p. 787-788). Nos países centrais da Europa o que ‘fez época’ nessa fase foram “todos os revolucionamentos” que serviram “de alavanca à classe capitalista em formação” e “os momentos em que grandes massas humanas” foram “despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”, sendo que apenas na Inglaterra essa expropriação se apresentou “em sua forma clássica” (MARX, 2013, I, p. 787-788).

O Brasil, assim como outros países coloniais e subjugados, contribuiu decisivamente para a acumulação primitiva que impulsionou globalmente a emergência do capitalismo. Enquanto colônia portuguesa

⁶ O modo de produção capitalista resultou “de um processo histórico” constituído enquanto “**acumulação primitiva** ou **originária**, num ciclo que Marx chamou de “pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 99).

há particularidades que precisam ser consideradas ao se pensar a realidade brasileira nesse período. Elementos centrais como a predominância da escravidão e a própria posição ‘marginal’ que nosso colonizador vai ocupar nessa fase de ascensão capitalista evidenciam eixos estruturantes de nossa realidade socioeconômica que são decisivos para uma análise histórica cuidadosa.

Para Fernandes (2005, p. 39-40) no período colonial já foram introduzidos no Brasil os “móveis⁷ capitalistas do comportamento econômico”. Porém, essa produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava *posição marginal* no circuito externo da mercantilização de produtos exportados, **mesmo Portugal enquanto metrópole não participava das principais fases desse circuito**. O senhor de engenho possuía uma função econômica que poderia ser comparada com os administradores e beneficiários das feitorias. Desse modo **eram neutralizadas as influências que o capitalismo comercial externo poderia exercer na organização e no desenvolvimento da economia interna do Brasil colônia**.

Esses móveis capitalistas deformaram-se em **três direções concomitantes**: *uma direção* se deu como consequência do próprio sistema colonial, a renda gerada na produção dava ao agente econômico interno uma parte ínfima de sua apropriação, sendo a grande maioria apropriada pela Coroa e pelos agentes de financiamento da produção. Embora a renda – por exemplo – de um senhor de engenho pudesse ser

⁷ Compreendemos esse termo utilizado pelo autor enquanto os instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que teriam uma potencialidade ou seriam propulsores de *futuras* relações capitalistas de produção.

relativamente alta, ela “nunca foi suficientemente grande para criar alternativas ao agente econômico interno”, e, diferentemente de outras colônias aonde o agente interno chegou a forçar ajustamentos permitidos pelo estatuto colonial, em nosso caso ele ficou “escravizado à sua fonte de renda mesmo nas piores fases de depressão do mercado”. Uma *segunda direção* concomitante estava no sentido de que a renda arrecadada pelos agentes internos não era compreendida “à luz dos padrões do capitalismo comercial”, o senhor de engenho pioneiro da era colonial era um agente da conquista (“nobre” ou “militar”) e potencialmente um agente econômico servindo à Coroa, às companhias comerciais e a si mesmo. E *em terceiro lugar* o próprio fator determinante de que o sistema colonial se organizava (legalmente, politicamente, financeiramente) para “drenar as riquezas de dentro para fora” sem prever “condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda” (FERNANDES, 2005, p. 40-41).

O que ligava economicamente a grande lavoura ao mercado externo ou ao capitalismo comercial era um processo que se desenrolava na Metrópole e/ou em outros países que controlavam o mercado colonial através de seus grupos financeiros. Havia *uma inelutável canalização da renda de dentro pra fora*, renda essa apropriada pela Coroa e principalmente por aqueles grupos financeiros, tendo em vista que Portugal não tinha condições econômicas de absorver com exclusividade as vantagens da sua conquista. O que ficava nas mãos do produtor colonial “não era um excedente gerado por esta forma de capitalização”, mas sim “uma espécie de remuneração”, uma parcela da apropriação colonial, aquilo que restava e não fora absorvido pela Coroa e pelas agências comerciais (FERNANDES, 2005, p. 41-42).

Fernandes (2005) demonstra que existia no período colonial uma realidade heteronômica onde não se apresentava condições para o modo de produção capitalista propriamente dito ser dominante. **Não havia apropriação de excedente no sentido capitalista e nem as condições materiais, sociais e culturais para o desenvolvimento de uma burguesia interna.** Essa estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto socioeconômico e político que os absorvia no sentido de sufoca-los e subordiná-los às dimensões de uma sociedade colonial. A compreensão dessas características de nossa formação *pré-capitalista* possui grande importância analítica e coloca em novas bases a questão da formação do capitalismo no Brasil. Pois, **é somente com o subsequente rompimento com o estatuto colonial e a criação de um Estado nacional, que os móveis capitalistas obtêm condições de se expandir** (num primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas.

É a partir do entendimento dessas especificidades que podemos ter em conta todos os importantes fatores que posteriormente foram determinantes para a ascensão da revolução burguesa no Brasil. A partir da generalização do *trabalho assalariado* é que teremos de fato o modo de produção capitalista como realidade econômica dominante. Para Marx (2013, I, p. 245):

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe

pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

Distingue-se aí a *circulação* de mercadorias numa econômica *mercantil* pré-capitalista e o modo de produção capitalista propriamente dito. Evidente que a economia capitalista é também mercantil, mas o mercantilismo que a precedeu ainda não era especificamente capitalista⁸. Se concordarmos com a caracterização que Karl Marx nos trás sobre a particularidade da época capitalista, verificaremos – contextualizada na realidade brasileira - essa mesma compreensão no movimento apresentado por Fernandes, que busca captar os elementos determinantes na passagem da economia escravista mercantil para a economia capitalista. Como já vimos: diferentes modos de produção conviviam na sociedade colonial, mas o modo de produção *economicamente dominante* era o escravista. No modo de produção escravista o próprio escravo é um meio de produção, e a apropriação do excedente não se dá através da extração do mais-valor; diferentemente do modo de produção capitalista, que generaliza o mercado de trabalho e a exploração capitalista, fazendo com que a força de trabalho dos trabalhadores ‘livres’ assumam a forma de mercadoria.

Caio Prado Junior (1996), que elaborou análises importantes e originais a respeito da formação sócio histórica brasileira, possuía uma categorização diferente a respeito desse período. Não é nosso foco aqui uma exposição geral sobre sua contribuição, apenas queremos assinalar que na sua obra não há esse mesmo entendimento das especificidades

⁸ Para Netto e Braz (2011, p. 97) “[...] nem toda produção mercantil é produção capitalista, embora toda produção capitalista seja produção mercantil – **o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado**”.

desta realidade pré-capitalista, o que dificulta a consideração das condicionantes centrais que possibilitaram a posterior emergência de uma economia propriamente capitalista.

Carlos Nelson Coutinho em artigo sobre a “imagem do Brasil” compara a contribuição de Florestan Fernandes com a de Caio Prado Jr:

[...] é indiscutível que *Florestan elabora a sua “imagem do Brasil” mediante um estoque categorial marxista bem mais rico do que aquele presente na produção de Caio Prado*. Ao contrário de Florestan, que quase sempre se apoia em conceitos, Caio constrói suas análises de modo bem mais “intuitivo”, o que as torna muitas vezes ambíguas ou pouco precisas. Vejamos um exemplo concreto. *Florestan diz explicitamente que o Brasil evoluiu para o presente capitalista a partir de uma formação econômico-social que não era capitalista*. Já no autor de *Formação do Brasil contemporâneo*, ao contrário, a definição da natureza econômico-social de nosso passado aparece de modo impreciso: atribuindo às formas da circulação a prioridade na definição de uma estrutura econômica — atribuição que contradiz claramente a lição marxiana —, *Caio termina por confundir a presença de relações mercantis na era colonial e imperial com a existência de uma ordem capitalista* (ainda que “incompleta”), o que o leva, entre outras coisas, a falar de uma suposta “burguesia agrária” para definir os nossos latifundiários escravocratas. *Isso, evidentemente, prejudica sua “imagem do Brasil” não só no que se refere ao passado, mas também ao presente.* (COUTINHO, C.N. *Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes*. Em:

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>> Acesso em: 05 de Novembro 2014; grifos meus).

Com essas determinantes podemos considerar os eixos estruturantes que perpetuaram a dependência, fazendo com que a subjugação às economias centrais permanecesse como realidade econômico-social. A dependência econômica sobreviveu às mudanças

que posteriormente impulsionaram a independência política, o surgimento da República e a emergência do capitalismo a partir de uma revolução burguesa *atípica*. As mudanças decorrentes da Independência e da formação do Brasil Império estimularam uma dinâmica de maior autonomia relativa, que trouxe aos poucos as condições para a potencialização dos móveis capitalistas.

1.2 – INDEPENDÊNCIA E IMPÉRIO

O fim da colônia ocorreu num contexto em que diversos países latino-americanos experimentavam movimentos independentistas, e o cenário mundial reconfigurava os papéis de dominação dos países centrais. Cabe analisar aqui as determinantes desse processo geral e o que houve de particular no movimento que logrou a Independência política do Brasil.

Tratando da crise do tipo de dominação colonial na América Latina, Fernandes (2009, p. 23-24) aponta que a “estrutura das economias da Espanha e de Portugal não era suficientemente forte para sustentar o financiamento das atividades mercantis, relacionadas com a descoberta, a exploração e o crescimento das colônias”. Outros países centrais como Veneza, Holanda (entre outros) “forneceram o capital, a tecnologia, o equipamento e a base comercial do mercado internacional, convertendo-se nas potências centrais, como núcleos do capitalismo mercantil”, isso fez com que Espanha e Portugal desempenhassem “papéis econômicos intermediários e o padrão de exploração colonial tornou-se rapidamente demasiado duro, para os agentes privilegiados nas colônias latino-americanas” (FERNANDES, 2009, p. 23).

Os movimentos de emancipação se iniciaram como uma oposição radical a esse padrão de exploração, e eram dirigidos contra as Coroas, porque somente através da independência “os agentes privilegiados da economia colonial poderiam atingir os requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica (mantidas as demais condições do sistema de produção colonial)” (FERNANDES, 2009, p. 24). Também foi decisiva a questão da luta pelo controle econômico das colônias, especialmente entre Holanda, França e Inglaterra, pois as transformações nas estruturas políticas econômicas e culturais da Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, “contribuíram para a rápida desagregação das potências centrais e intermediárias, que detinham o controle externo do antigo sistema colonial” (FERNANDES, 2009, p. 24). Outro fator importante para a crise do sistema colonial foram os “setores da população das colônias, vitimados pela rigidez da ordem social” interessados na destruição do regime. Esses setores muito heterogêneos e em sua maioria de descendência mista “incluíam habitantes das cidades e vilas mais ou menos identificados com a nativização do poder, especialmente nos níveis econômico e político” (FERNANDES, 2009, p. 24). Foi essa massa que deu grande apoio aos movimentos de emancipação ocorridos em diversos países do continente.

A nossa Independência, apesar dos seus limites, foi a primeira grande revolução social ocorrida no Brasil⁹. Podemos identificá-la como revolução, pois ela inaugura a *época da sociedade nacional* ao mesmo tempo em que definitivamente *põe fim à era colonial*. Fernandes (2005, p. 49) discorda de autores que afirmam categoricamente que a

⁹ Naturalmente o período do Brasil Império seguiu ainda por um bom tempo caracterizado pela predominância do modo de produção escravista na fase histórica da transição da acumulação primitiva para a consolidação plena do capitalismo.

Independência “representou uma transação política pacífica, inteligente e segura da casa de Bragança”. Esses estudiosos não atribuem o devido valor histórico e sociológico que esse processo possui, e concluem isso devido ao fato de que “as tensões que minavam a sociedade colonial não afetavam a ordem social interna de modo bastante profundo para colorir esse processo de modo mais dramático” (FERNANDES, 2005, p. 49).

De fato se deu a persistência dos elementos gerais da mesma ordem de maneira inabalável e não houve grande mobilização de massas para impor ruptura política. No entanto, a Independência inicia um novo tipo de autonomia política e instaura a formação da *sociedade nacional*, transcendendo os limites coloniais anteriores impostos *de fora para dentro* pela Coroa, inaugurando um poder que começa a se organizar *a partir de dentro*, apesar das “injunções e as contingências que iriam cercar a longa fase do ‘predomínio inglês’ na vida econômica, política e diplomática da nação” (FERNANDES, 2005, p. 49-50). As elites brasileiras nativas se interessaram pela Independência não por terem adquirido consciência anticolonial que questionasse a *estrutura* da ordem posta, mas se voltaram – segundo Fernandes (2005) - contra *as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial*, pois estas eram *um entrave* para o seu domínio em todos os níveis da ordem social. Por esse motivo, o caráter revolucionário da Independência *não se deu com grandes manifestações de massa, nem com violência organizada, e não representou grandes demandas coletivas em prol da mudança da estrutura social.*

Esse processo de Independência que poderíamos chamar de “revolução por cima” ou de “revolução dentro da ordem” pressupôs, para Fernandes (2005, p. 51),

[...] um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação.

Teve continuidade – de acordo com Fernandes (2005) - principalmente com a grande lavoura e a mineração, as estruturas do mundo colonial: escravidão, extrema concentração de renda, monopólio do poder por reduzidas elites, marginalização de grandes massas de homens livres e uma erosão pouco aparente da soberania nacional nas relações econômicas, diplomáticas ou políticas com as grandes potências. Superou-se o estatuto colonial como estado *jurídico e político*, mas perpetuou-se *a sua substância material, social e moral* que seguiu enquanto suporte na construção da sociedade nacional.

Nesta contraditória fase de rompimento com o estatuto colonial e construção do Brasil Império, o domínio senhorial que anteriormente se dava de modo mais disperso, passa por um processo de sofisticação que o coloca enquanto estamento dominante na Monarquia Constitucional, alcançando o controle político da sociedade “nacional” (fazendo com que seu poder fosse para além do domínio senhorial e atingisse a esfera do poder político). Consolidou-se, então, uma institucionalidade política bastante restrita, sendo exercida pelos estamentos dominantes “de cima pra baixo” com extrema concentração do poder político:

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação, através das

eleições primárias e das eleições indiretas, bem como o poder de decisão inerente aos diferentes mandatos eletivos e a possibilidade aberta ao poder moderador de recrutar ministros e conselheiros de Estado entre deputados e senadores, condicionavam uma tal concentração de poder político no nível dos privilégios senhoriais, que “sociedade civil” e “estamentos sociais dominantes” passaram a ser a mesma coisa (FERNANDES, 2005, p. 59).

Já nesse período a ideologia liberal (que animou a revolução burguesa nos países centrais) foi absorvida pelas nossas elites nativas e cumpriu uma função ideológica e utópica, de modo que os princípios liberais foram defendidos de maneira “extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz” (FERNANDES, 2005, p.52). O liberalismo impulsionou as elites nativas para revolucionar seu horizonte cultural, se opor aos antigos estatutos coloniais, e preparou intelectualmente o *estamento dominante*¹⁰ para defender a Independência, a Monarquia Constitucional e ‘democratizar’ o poder político apenas no âmbito da *sua* camada social.

Na visão de Fernandes (2005, p. 55):

[...] o liberalismo forneceu, não obstante todas as limitações ou deformações que pairaram sobre sua

¹⁰ É perceptível que enquanto Florestan Fernandes trata dos períodos do Brasil Colônia e Brasil Império o autor não utiliza o conceito de *classe social*, somente quando trata do período que se inicia com o advento da República. Fernandes (2009, p. 41) se considera dentre os autores que aplicam o conceito “com um máximo de especificidade histórica, para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista”, para ele “a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem”, ordem esta “fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo”. De fato existem outras utilizações da categoria *classe social* para tratar de períodos históricos distintos, e consideramos que tal aplicação também pode corresponder a uma análise coerente. Acreditamos que, mais importante do que conceituar é *compreender* de fato o que diferencia cada período e quais as incidências dos processos históricos na conformação das sociedades. O que não deve negar a importância das categorias enquanto *formas de ser e determinações da existência* (MARX, 2011).

reelaboração sociocultural no meio brasileiro, as concepções gerais e a filosofia política que deram substância aos processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial. Ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. No conjunto, o impacto social foi pouco profundo e sua importância decisiva aparece apenas nos níveis da adaptação dos agentes econômicos internos aos mecanismos diretos do mercado internacional e da criação de um Estado nacional.

Na prática o que havia – segundo Fernandes (2005) - era uma dualidade estrutural entre as formas de dominação antigas mantidas pela tradição e as novas formas de poder criadas pela ordem legal, onde – muitas vezes – as velhas formas de dominação acabam prevalecendo sob os preceitos legais. Trata-se de *uma inter-relação diacrônica e sincrônica*¹¹ entre presente e passado que *coexistem de maneira interdependente* como dimensões da vida societária. Esses elementos retratam as imensas limitações histórico-sociais de nossa “revolução da Independência” que seguiu perpetuando a dominação senhorial como uma cadeia de ferro sobre toda a nação, numa dominação estamental geralmente tão egoísta e acanhada quanto foi a tutela colonial.

Implantaram-se as bases da integração nacional na ordem social herdada da Colônia numa transformação bastante restrita do ponto de vista estrutural e político, na qual a ‘democracia’ formal existente não se generalizava a toda sociedade, sendo apenas uma “necessidade e recurso

¹¹ Para Netto (2011-2, p. 49) “as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria”, por isso “o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)”.

do equilíbrio, eficácia e continuidade da dominação estamental” (FERNANDES, 2005, p. 63). Afinal, a integração jurídico-política da sociedade nacional “só existia nos níveis em que a ação do governo e a presença do Estado envolviam concentração de poder suficiente para neutralizar o particularismo da dominação estamental”. (FERNANDES, 2005, p. 64).

Com todas as suas limitações, esses elementos decorrentes da Independência, da configuração do estado nacional, da ideologia ‘liberal’, e das influências do comércio exterior, foram fatores que impulsionaram transformações econômicas no sentido capitalista. O ideário liberal de alguma forma se chocava com o sistema de valores que preservava a escravidão e o império da dominação senhorial. No plano econômico “a burocratização da dominação senhorial no nível político e a expansão econômica subsequente à Abertura dos Portos colocava em novas bases [...] as funções econômicas e sociais dos estamentos”, permitindo que o senhor rural deixasse de ser um “agente econômico da Colônia” e passasse a ser um “agente econômico independente”, e dessa forma ele podia se inserir “no fluxo da comercialização das exportações” (FERNANDES, 2005, p. 67).

Essas mudanças trouxeram, de acordo com Fernandes (2005, p. 68), a necessidade de criar ou expandir “instituições extrapolíticas complementares ou suplementares do Estado (da rede dos serviços aos bancos)”, e com isso há pressão sobre “as ocupações qualificadas e as profissões liberais”. Desse modo uma parte da sociedade se destaca e se difere da estrutura tradicional, e é nesse setor que a livre competição pode de alguma maneira existir, criando condições para que o “sistema

competitivo” coexista e se choque com o “sistema estamental” (FERNANDES, 2005, p. 68).

As novas estruturas políticas do Estado nacional exerciam influência no sistema econômico de modo a expandi-lo e diversificá-lo, criando vasta rede de serviços e contribuindo para o desenvolvimento urbano. Os “móveis puramente capitalistas” puderam assim se dinamizar e se liberalizar, colocando “em novas bases a organização interna de uma economia de mercado” (FERNANDES, 2005, p. 86). Ainda persistia a realidade heteronômica de uma *acumulação estamental de capital* numa economia *pré-capitalista*, pois a fase pré-capitalista teve maior duração no Brasil do que nos países centrais (onde houve impulsos econômicos, sociais e políticos que o encurtaram), e através dessa acumulação os senhores “se engolfavam na vida urbana e nas oportunidades que ela acarretava” vinculando-se a “aplicações ou especulações com o capital, condenadas pelo antigo código ético senhorial” (FERNANDES, 2005, p. 99).

O *primeiro* grande salto que se deu na evolução do capitalismo no Brasil foi sociocultural e não econômico, na medida em que a autonomização política trouxe alterações na sociedade, na cultura, nas personalidades que “envolviam um novo tipo de internalização e de vigência histórica da civilização ocidental moderna no Brasil”, fazendo surgir novo “estilo de vida” que requeria adaptação da sociedade brasileira a economia de mercado, sendo que a estrutura preservada do período colonial fornecia “um incentivo muito limitado a semelhante transformação” (FERNANDES, 2005, p. 100). O “espírito burguês” na sociedade brasileira surge então, ou preso às malhas do capitalismo comercial, ou preso a formas de dependência em que “o setor novo” se

subjugava à tutela das camadas senhoriais. Além das situações em que “tais agentes nada mais eram senão representantes declarados ou disfarçados dos centros econômicos externos, que controlavam de fora” os “dois setores da economia brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 105).

Tratando desse período Fernandes (2005, p.106) traz elementos a respeito da constituição da dependência econômica do Brasil em relação ao capital estrangeiro:

[...] a autonomização política firmava a independência econômica dos estamentos senhoriais sobre a heteronomia econômica da nação, no presente e no futuro. Por conseguinte, fazia com que o “senhor agrário” só fosse economicamente autônomo em um sentido unilateral e propriamente interno, já que a situação heteronômica irredutível da economia da nação também o tornava economicamente dependente.

Dessa maneira a apropriação que na época colonial cabia à Coroa portuguesa, passou a ser reabsorvida em parte pelo capital estrangeiro que passou a atuar dentro do país, acompanhando “a internalização das fases de comercialização dos “produtos tropicais”, então incorporados aos sistemas de exportação” (FERNANDES, 2005, p. 107). Houve transformações nos laços de mercado com os países centrais, mas a essência da dependência seguiu perdurando como realidade econômica determinante.

Esse contexto com todas as tensões que traziam o anseio pelo desenvolvimento do capitalismo e se chocavam com as barreiras da herança colonial, é o que cria condições e traz fermentação para o desencadeamento histórico da revolução burguesa no Brasil. De modo resumido, a nova ordem legal estimulou o crescimento de um mercado interno e configurou “uma *situação de mercado*” que se tornou “o principal polarizador do desenvolvimento econômico nacional”, e com

isso a economia ganhou condições para “assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais” (FERNANDES, 2005, p. 109). Porém, essa assimilação, devido a nossa condição periférica e dependente, não foi uma simples e pura reprodução do desenvolvimento daquelas economias, ocorrendo inicialmente de maneira mais intensa “nos centros urbanos que coordenavam as relações de exportação e de importação” (FERNANDES, 2005, p. 109).

Partindo da análise de que tivemos uma assimilação atípica dos modelos de mercado das economias centrais, podemos apontar como uma de nossas principais peculiaridades o fato de que *o núcleo econômico de maior vitalidade produzia para exportação e não para o consumo interno*, configurando de modo *estrutural* uma relação de mercado em que preponderavam as conexões com o exterior. Para Fernandes (2005, p. 110) foram três as características fundamentais desse modelo: a “preponderância da exportação agrícola”, a “importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola” e a “dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico”.

Essa realidade colocou o desencadeamento de nossa Revolução Burguesa de maneira bastante emaranhada a partir das pré-condições de uma economia “colonial, periférica ou dependente”, na qual não “existiam as condições e os processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais” (FERNANDES, 2005, p. 112-113). Num primeiro momento, esses modelos econômicos só foram absorvidos no âmbito das “transações econômicas controladas de fora (nos “negócios” de

exportação e de importação)” e nas transações “associadas ao desenvolvimento interno do “alto comércio”” (FERNANDES, 2005, p. 113). Tais modelos econômicos transplantados não tiveram por objetivo consolidar um desenvolvimento interno comparável ao desses países centrais, mas sim a função de manter e “intensificar a incorporação dependente da economia brasileira àquelas economias” (FERNANDES, 2005, p. 113).

A Independência possibilitou aos estamentos senhoriais o controle do poder central através do Estado “nacional”, logrado com uma revolução social e política “dentro da ordem”, que manteve a produção escravista e reestabeleceu os vínculos coloniais com o mercado mundial. Entretanto, a maior autonomização política da nação contribuiu para que pouco a pouco as condições para a revolução burguesa e o desenvolvimento do capitalismo fossem impulsionadas.

2 – EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Antes de tratarmos do processo que desencadeou a revolução burguesa e generalizou o modo de produção capitalista no Brasil, é importante contextualizarmos o movimento que consolidou o capitalismo em nível mundial no século XIX avançando para a fase monopolista e imperialista do capitalismo na transição entre o século XIX e XX. O desenvolvimento capitalista no Brasil precisa ser entendido como uma particularidade imbricada nas dinâmicas e nas estruturas que se consolidam globalmente nesse período histórico.

A sociedade burguesa emerge a nível global na abertura do século XIX como consequência da luta da burguesia nascente contra as antigas relações feudais de produção e, também, da luta pela superação dos limites do Estado absolutista, no contraditório e longo processo de revolução burguesa. Fernandes (2005, p. 239) conceitua esse processo histórico enquanto um conjunto de diversas “transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”. Cabe ressaltar que a burguesia já vinha se constituindo como classe nos séculos anteriores¹².

¹² De acordo com Netto e Braz (2011, p. 84-85) “[...] a Revolução burguesa [...] constitui mesmo toda uma época de revolução social – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França)”.

Neste processo a “moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2008, p.9). O antigo regime havia se tornado um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela burguesia ascendente, o que colocou para a burguesia um papel histórico revolucionário na superação da ordem feudal e absolutista até a sua completa consolidação enquanto classe dominante já na sociedade capitalista¹³. A lógica de acumulação do capital que passa a predominar tem como elemento estruturante a necessidade de expandir o domínio das corporações capitalistas para todo o globo, necessidade esta fruto da competição entre as empresas capitalistas (que se utilizam de seus Estados-Nação para tal) em perpetuar a lógica de *acumular para expandir e expandir para acumular*. A “necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre”, ela precisa “estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14). O que nos mostra que o caráter universal e global do capitalismo já era tendência e realidade em potencial desde o seu estabelecimento como modo de produção dominante.

¹³ Para Netto e Braz (2011, p. 85) “Enterrado o antigo regime, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês. Colocando a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica”.

O desenvolvimento da burguesia e do capital faz surgir e se consolidar uma massa de trabalhadores explorados, os proletários modernos que “só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital” (MARX; ENGELS, 2008, p.19). As duas principais classes da sociedade capitalista – proletariado e burguesia – encontram-se em permanente conflito, pois seus interesses de classe são antagônicos, e esta contradição é a essência do próprio movimento geral desta sociedade, a *contradição entre o capital e o trabalho*. Para Mészáros (2003, p. 19) “o sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente”, durante um curto intervalo, mas “que não se consegue superar definitivamente”. A essência (a raiz) de todas essas contradições está no “antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*” (MÉSZÁROS, 2003, p. 19).

Os proletários também se desenvolvem objetivamente e subjetivamente enquanto classe, pois “cada vez mais, os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choque entre duas classes”, e diante dessa situação “Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 23). Desse ponto de vista, nos cabe buscar apreender as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais no âmbito da sociedade burguesa a partir de suas próprias *tendências, choques e contradições*.

Basta lembrar como o mais-valor relativo, cuja constituição interna é bem mais social do que a do mais-valor absoluto, surge como *resultado da resistência da classe operária*, ou seja, não apenas como fruto da dialética imanente à dinâmica interna

da economia capitalista, mas como *resultado da luta de classes*. (LUKÁCS, 2012, p. 349, grifos meus).

No último quartel do século XIX o capitalismo passa por profundas transformações, tanto em seu ordenamento quanto em sua dinâmica econômica, influenciando em sua estrutura social e nas instâncias políticas dos Estados-nação. Essas mudanças estão no bojo da passagem histórica em que “ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios” articulando desse modo “o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*” (NETTO, 2011, p.19).

A própria concorrência capitalista gera o monopólio que consiste na sua negação, mas não a elimina por completo num processo em que ambos (concorrência e monopólio) coexistem enquanto contradição.

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e,

fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior (LÊNIN, 2012, p. 123-124).

Verificam-se aí elementos importantes da fase imperialista do capitalismo, a inter-relação permanente entre concorrência e monopólio numa tendência de concentração cada vez maior na monopolização, bem como uma hegemonia *dos bancos e do capital financeiro* (associados aos monopólios) que também tende a se acentuar cada vez mais. Segundo Netto (2011, p. 24) “o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada”. Com a fusão cada vez maior dos monopólios e o pleno desenvolvimento do capitalismo se estendendo por todo o globo, cada vez mais a riqueza é produzida socialmente pela maioria e é apropriada no geral por um grupo cada vez menor de capitalistas.

Para Netto (2011, 24-25) o Estado burguês que na fase ascendente do capitalismo “atuara como ocioso guardião das *condições externas da produção capitalista*”, extrapolando o seu papel de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em momentos precisos que demandavam “um intervencionismo emergencial, episódico, pontual”; na era dos monopólios complexifica e intensifica sua intervenção nas esferas econômica, social e política da sociedade, tendo como eixo central de sua intervenção uma direção no sentido de “garantir os superlucros dos monopólios” desempenhando para isso “uma multiplicidade de funções”. O Estado foi, portanto, “capturado pela lógica do capital

monopolista” no sentido de que é hegemonicamente controlado pelos grandes monopólios numa tendência de “integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais” (NETTO, 2011, p. 24-25).

A constatação empírica dessa *hegemonia* burguesa, monopolista e imperialista no Estado, *não nega* o fato de seguirem existindo **tensionamentos frutos da luta de classes** entre proletariado e burguesia, conflito este que também ‘respinga’ na esfera do Estado manifestando-se através de *conquistas* e/ou concessões aos trabalhadores, busca de meios para contenção das lutas sociais, etc. Com essa compreensão não caímos nem no “objetivismo”, “estruturalismo” ou “economicismo” de negar o processo contraditório da própria luta de classes e das *interações e determinações recíprocas* entre sociedade civil e Estado (estrutura e superestrutura); e nem no “subjetivismo”, “superestruturalismo” ou “politicismo” de não encarar com realismo a hegemonia do grande capital no Estado e o peso que a estrutura têm (como *momento predominante* ou determinante *em última instância*) na definição do caráter das instituições que conformam a superestrutura política, cultural, jurídica, ideológica, religiosa, etc. da sociedade.

Para cumprir seu papel de “comitê executivo da burguesia monopolista” o Estado precisa se legitimar politicamente perante a sociedade como um todo e faz isso “incorporando outros protagonistas sócio-políticos”, alargando, assim, a “sua base de sustentação e legitimação sócio-política”, através da “generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais”, permitindo-lhe “organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho” (NETTO, 2011, p. 27). No jogo ‘democrático’, o Estado capturado pelo

capitalismo monopolista “*é permeável* a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas”, na medida em que “este processo é todo ele tensionado, *não só* pelas exigências da ordem monopólica, mas *pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária*” (NETTO, 2011, p. 29, grifos meus).

A expansão e consolidação do domínio do capital monopolista faz aumentar gradativamente a miséria, o pauperismo e o desemprego, na medida em que “cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias” (NETTO, 2011, p.21). Esse desemprego massivo “não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas *sob as relações sociais capitalistas*” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 144, grifos meus). A fase imperialista potencializa a contradição fundamental da sociedade capitalista e ao mesmo tempo logra, através de seu poderio estatal, novas formas de intervenção na busca por atenuar os conflitos e perpetuar a ordem vigente. Ao mesmo tempo em que se amplia a massa de miseráveis e as contradições se acirram, a superestrutura que legitima a ordem se reconfigura numa constante busca por perpetuar a estrutura econômico-social.

Neste processo expansionista evidencia-se a subjugação de umas nações por outras, cabendo aos países centrais e seus monopólios papel dominante na economia mundial. Segundo Lênin (2012, p. 108, grifos meus) a partilha do mundo entre os grandes grupos capitalistas não ocorre “por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou *os obriga* a seguir esse caminho para obterem lucros”, a lógica na qual eles partilham o mundo é determinada

“segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha *é impossível* no sistema da produção mercantil e no capitalismo”. É importante também diferenciarmos a política colonial das fases anteriores ao capitalismo da política expansionista na fase do capitalismo monopolista: “A principal característica do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões” (LÊNIN, 2012, p. 116). Desse modo:

A posse de colônias por si só trás aos monopólios garantia completa de êxito contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias (LÊNIN, 2012, p. 116).

Segundo Fernandes (2005, p. 269) as transformações econômicas e na estrutura urbana e tecnológicas nos países centrais engendraram formas bastante destrutivas “de utilização das matérias-primas da periferia, as quais converteram em maior ou menor grau, as nações periféricas em fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais”. Fazendo com que esses países subordinados, enquanto fontes de matéria-prima essenciais ao desenvolvimento do capitalismo monopolista se tornassem profundamente **incorporados** “à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo”, resultando numa forma de incorporação “devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo” (FERNANDES, 2005, P. 269).

Porém, é importante compreender que o domínio monopolista/imperialista não segue um único padrão nos diferentes territórios subjulgados. Existem variações importantes nas formas da exploração e opressão das nações periféricas:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes *formas transitórias de dependência* estatal. Para esta época são típicos *não só* os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também *as formas variadas de países dependentes* que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade *se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática*. (LÊNIN, 2012, p. 119, grifos meus)

Evidencia-se, assim, a importância de compreender as particularidades da revolução burguesa e do desenvolvimento capitalista em cada um dos diferentes países do globo. Apreendendo o modo como se consolida a estrutura econômica, política e social de cada nação no período de consolidação do capitalismo monopolista. Embora *a essência* da contradição principal entre capital e trabalho, bem como os *traços gerais* da economia e das complexificações do Estado neste contexto sejam semelhantes em todos os países, as peculiaridades na transição para a sociedade burguesa e para a fase imperialista/monopolista em cada país evidenciam elementos que não podem ser ignorados. Segundo Fernandes (2005, p. 261):

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem

aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica.

Uma diferença importante da época do domínio imperialista é o fato de que o “que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias”, enquanto o “que caracteriza o capitalismo atual, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (LÊNIN, 2012, p. 93). Havendo deste modo diferenciações no desenvolvimento capitalista em cada espaço do globo que se inter-relacionam na totalidade do sistema: “o *desenvolvimento desigual*, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países *é inevitável sob o capitalismo*” (LÊNIN, 2012, p. 93, grifos meus).

Neste desenvolvimento desigual vemos “que estão se estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas *com base* na partilha econômica do mundo”, e conjuntamente a isso: “relações entre os grupos políticos, entre os Estados, baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”” (LÊNIN, 2012, p. 108). Este gênero de relação subordinada entre grandes e pequenos Estados - que já existia antes inclusive do modo de produção capitalista ser dominante - na época do imperialismo capitalista “se torna *sistema geral*, passa, como um elemento entre tantos outros, a fazer parte do conjunto de relações que regem a “partilha do mundo”, passa a ser *elo da cadeia* de operações do capital financeiro mundial” (LÊNIN, 2012, p. 120, grifos meus).

Edificando essa incorporação e subjugação ao imperialismo, o capitalismo que emerge das condições brasileiras – de acordo com Fernandes (2005, p. 113) - consiste em um “capitalismo de tipo especial”, com **dois importantes elementos estruturantes e**

contraditórios entre si: *a heteronomia econômica condicionada pelos países centrais* e, ao mesmo tempo, *tendências de uma dinâmica autônoma em fase de estruturação*. Essa realidade socioeconômica contraditória baseada nesta polarização central é o que chamamos de **capitalismo dependente**.

No processo que desencadeou a Revolução Burguesa no Brasil, o capital estrangeiro soube se adaptar às novas transformações decorridas do desenvolvimento interno, sempre no sentido de “manter e fortalecer a posição heteronômica do Brasil em face das economias centrais” (FERNANDES, 2005, p. 116). Ao mesmo tempo em que os agentes do nosso mercado interno viram tolhidos os seus anseios mais profundos, restando-os “apenas a perspectiva de acomodação à substituição dos tipos de controle” e deixando “aos importadores europeus uma ampla margem de dominação econômica” (FERNANDES, 2005, P. 116). Como eram os importadores estrangeiros que dispunham de “recursos financeiros, técnicos, humanos e institucionais” para tal empreendimento, coube em última instância a eles o papel de dirigir “a reintegração da economia brasileira ao sistema econômico internacional”, sendo, nesta condução, exitosos ao ponto de converter a nossa aristocracia agrária à condição de “sócia-menor” dos seus interesses (FERNANDES, 2005, p.116).

Apesar das mudanças que impulsionaram o desenvolvimento capitalista, Fernandes (2005) mostra que não houve no Brasil um processo *significativo* de alteração das suas relações econômicas com o exterior, estas apenas modificaram a qualidade dessas dependências. Foi característico de tais transformações o aparelhamento do país para montar e expandir a economia capitalista dependente, com os quadros

de um Estado nacional controlado politicamente por elites nativas. Com isso se desenvolveu concomitantemente um novo padrão de crescimento econômico interno e a organização dos nexos de dependência econômica com o exterior.

Tivemos então uma “modernização econômica induzida de fora” (FERNANDES, 2005, p. 118), onde internamente, além da aristocracia agrária, havia os “novos agentes econômicos” que tiveram importante papel de implantar “todo um complexo cultural fundamental da civilização capitalista no seio da sociedade brasileira”, existindo, com isso, mudanças econômicas reais vinculadas a “substituição dos nexos de dependência”. Mesmo não tendo ocorrido “nenhuma transformação econômica de natureza revolucionária”, criando-se apenas novos laços de dependência com o exterior, houve mudanças econômicas que trouxeram relativa liberdade e independência para os agentes econômicos internos e – pela primeira vez – “emergia na cena histórica brasileira o verdadeiro palco do “burguês”” (FERNANDES, 2005, p. 119-120).

Nessas condições de erupção da revolução burguesa no Brasil, alguns ‘personagens históricos’ se metamorfosearam e também se chocaram entre si. Houve um processo de contradição entre os novos agentes econômicos que impulsionavam uma economia tipicamente capitalista e o senhor rural, tendo também significativa relevância o papel dos imigrantes nesse contexto. Fernandes (2005, p. 129-130) mostra como o “senhor rural” transforma-se em “grande proprietário” (principalmente enquanto fazendeiro de café) a partir das determinações econômicas em andamento que,

[...] puderam ser neutralizadas ou negligenciadas enquanto a forma estamental de acumulação de

capital possuía uma base material (o trabalho escravo) e um suporte social (a dominação patrimonialista no nível do domínio e da sociedade global). Todavia, à medida que a ordem social competitiva se fortalece internamente e que a grande lavoura cai de modo implacável sob os mecanismos econômicos do mercado (em suas conexões com a economia mundial), a ordem social estamental perde sua eficácia como meio de defesa e fonte de segurança. Então, da perplexidade, do pânico e da ruína, o fazendeiro evolui, rapidamente, para adaptações econômicas novas, que redundam no abandono da forma estamental de acumulação de capital e na adoção de uma fórmula alternativa, que consistia em despojar a grande propriedade dos atributos histórico-sociais do domínio. Desse modo, ela se converteu, com relativa rapidez, numa variante típica da *plantação tropical moderna*, associada à acumulação comercial ou financeira de capital.

Em todo processo de Revolução Burguesa existem protagonistas históricos centrais que o impulsionam. No caso do Brasil, “se omitirmos as referidas categorias sociais e formos diretamente aos agentes humanos que as ocupavam” nos depararemos fatalmente com “o fazendeiro de café” e o “imigrante” (FERNANDES, 2005, p. 127-128). O fazendeiro, que antes “renegava o “elemento burguês” do seu *status* para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional independente”, se viu compelido – principalmente no final do século XIX e na última década de 1880 – a “repudiar o próprio *status* senhorial, para salvar-se, através do “elemento burguês” de sua situação” (FERNANDES, 2005, P. 130). Historicamente esse movimento¹⁴ “condicionaria a ruptura da sociedade

¹⁴ Fernandes (2005, p. 130) utiliza a expressão “é melhor que se vão os anéis mas fiquem os dedos” para ilustrar tal movimento de transformação do papel do senhor rural em grande proprietário.

civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em *cidadão da República*” (FERNANDES, 2005 p. 130).

Os membros dessa elite agrária - personificados enquanto “coronel” ou “homem de negócios” - lograram fazer com que a desagregação da ordem senhorial não convertesse “a extinção da escravidão numa convulsão incontrolável e revolucionária”, procurando “solapar as bases do movimento abolicionista e extrair dele o seu sentido revolucionário [...] neutralizando-o social e politicamente” e tirando disso “todas as vantagens econômicas possíveis” (FERNANDES, 2005, p. 142). Esses traços demonstram as diferenças entre a abolição e a Independência no Brasil e em alguns outros países do nosso continente, onde houve processos significativos de guerra nacional de libertação. No caso brasileiro, apesar de terem ocorrido importantes lutas antiescravagistas, o poder das oligarquias não foi abalado, pois os estamentos dominantes:

[...] esvaziaram a revolução abolicionista de significado político e de grandeza humana. O escravo sofreria uma última e final espoliação, sendo posto à margem sem nenhuma consideração pelo seu estado ou por seu destino ulterior. Em compensação, garantiam-se à grande lavoura condições favoráveis para a substituição do trabalho escravo e para salvar, na ordem social competitiva, suas posições dominantes nas estruturas do poder econômico e político. (FERNANDES, 2005, p. 143).

A respeito do imigrante Fernandes (2005, p. 171) aponta diversos elementos sobre o seu papel em alavancar as condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: Ele participa da passagem da “ordem tradicional” para a “ordem capitalista”, reproduzindo, sob diferentes condições, o processo que ocorreu ou estava ocorrendo em

seu país de origem, processo esse no qual a urbanização desencadeou e tendia a acelerar nas cidades brasileiras. O imigrante também soube aproveitar o momento de desagregação da ordem senhorial no sentido de “capitalizar a mudança economicamente, propondo-se ou impondo-se como o próprio agente desses processos econômicos” (FERNANDES, 2005, p.171). Nesse sentido, a antiga elite agrária e os imigrantes cumpriram diferentes funções econômicas, o que não provocou grande choque entre ambos, e cada um cumpriu importante papel protagonista no desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

Entender o que há de específico em nossa formação social e econômica integrada ao capitalismo mundial também é considerar o Brasil no contexto da América Latina, contexto esse no qual a realidade de um capitalismo dependente com origens coloniais é uma característica comum aos demais países de nosso continente. José Carlos Mariátegui ao final dos anos 1920 já dizia que:

[...] as burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional. *Estas burguesias na América do Sul [...] não estão predispostas de forma alguma a admitir a necessidade de lutar pela segunda independência.* (MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ponto de vista anti-imperialista*. Em: <<http://marxists.org/portugues/mariategui/1929/06/antiimperialista.htm>> Acesso em: 15 novembro 2014, grifos meus).

O líder comunista peruano, elaborando uma análise original desde o nosso continente, já era capaz de reconhecer elementos centrais da realidade latino-americana, entendendo o caráter de nossas burguesias nativas enquanto *sócias-menores* do imperialismo. Essa condição é bastante confortável para uma burguesia *de negócios* que não coloca em

seu horizonte qualquer preocupação efetiva com a emancipação nacional e com valores democráticos e reformistas. O horizonte da *segunda e definitiva independência* só pode ser buscado pelas massas proletárias e populares, pelo conjunto dos explorados e oprimidos capazes de constituir o *bloco histórico* interessado na superação da ordem capitalista dependente.

A revolução industrial na América Latina – segundo Marini (1990) - corresponde à independência política que os países conquistam nas primeiras décadas do século XIX, na qual a base estrutural demográfica e administrativa surgida durante a colônia constitui uma série de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Esses países – dentre eles o Brasil – passam a exportar, em articulação direta com a metrópole inglesa, bens primários em troca de manufaturas de consumo e começam a adquirir dívidas. É a partir daí que,

[...] se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 1990, p. 141)

Rui Mauro Marini centra suas atenções em uma análise da estrutura econômica interna que é consequência desta posição de dependência, apresentando a categoria da *superexploração* como fundamental para compreender essa realidade.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com

base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 1990, p. 162).

A superexploração do trabalho é um dos fundamentos da dependência e as suas implicações “transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (MARINI, 1990, p. 194). Trata-se de compreender a superexploração, de acordo com Fernandes (1986), como elemento próprio da *apropriação dual* do excedente econômico, que resulta deste processo no qual grande parte das riquezas e da capacidade de decisão dos países latino-americanos são drenadas para o exterior, o que impediu que a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática chegassem aos limites que permitiriam a autonomização relativa do desenvolvimento capitalista ou a escolha da revolução socialista, reproduzindo o ciclo sem fim das “revoluções interrompidas”. Para Fernandes (1986, p. 35) somente dois países romperam com esse padrão: “os Estados Unidos, pela rota capitalista, e Cuba, pela via socialista”, e em ambos os casos “o que tornou possível tais evoluções foi a *ruptura com a dominação externa* e a conquista de certa autonomia interna, nos níveis econômico, cultural e político”.

Fernandes (2009, p. 21) afirma que é padrão de dominação em toda América Latina “a institucionalização política do poder [...] com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida” afinal “os interesses privados internos estão interessados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientação de valores extremamente egoístas e particularistas”.

Voltaremos à questão do padrão de dominação burguesa na América Latina quando tratarmos do contexto que resultou nos golpes civis-militares na atual fase do imperialismo hegemônico global.

Ao eleger o Brasil como foco de sua atenção Fernandes (1968) afirma que, em nosso País – assim como no México – trata-se de um ‘caso estratégico’ onde os atributos do tipo aparecem com maior intensidade, precocidade e luminosidade, considerando este o tipo mais complexo de capitalismo dependente. Esta realidade trás consigo uma *aparência* de que se transita para um capitalismo avançado, e é assim que – simbolicamente e subjetivamente – a sociedade se considera. As ideologias e utopias das classes dominantes dos países centrais são apropriadas de maneira ‘deformada’ pela burguesia nativa brasileira, que sempre se depara com uma imensa distância entre seu discurso e a efetividade do horizonte propalado, devido às especificidades da dependência que entravam qualquer possibilidade de cumprir as bandeiras de uma revolução burguesa clássica.

Tratando sobre o processo de generalização do regime de trabalho assalariado no Brasil, Fernandes (2005) mostra que já surgem tipos de “trabalho livre” ainda antes da desagregação da ordem escravocrata e senhorial, e – nesse primeiro momento – ele surge somente enquanto mercadoria. Posteriormente – já sob a Primeira República – é que ele “se configura como um fator social construtivo, adaptando-se às funções sociais e políticas que deveria ter na ordem social competitiva” (FERNANDES, 2005, p. 230). Para isso, era necessário que aqueles que vendem o seu trabalho contassem ao menos com certas condições econômicas, sociais e políticas para “impor o *seu lado* da barganha salarial e da relação patrão-operário ou trabalhador” (FERNANDES,

2005, p. 231). Isso contribuiu para que a apropriação do trabalho passasse a ter reguladores externos: “o mercado, os níveis de vida e de salário, a competição e o conflito (de início polarizados apenas pelo movimento sindical), a consciência operária e a solidariedade de classes” fazem com que “a “integração nacional” em um processo democrático e revolucionário” pelo menos destrua “barreiras sociais arcaicas” e introduza “niveladores sociais de classe” (FERNANDES, 2005, p. 231). Isso ocorre deitando raízes “na própria emancipação nacional e nas tendências correlatas de modernização controlada de fora, de desenvolvimento de um mercado capitalista interno e de crescimento urbano-comercial” (FERNANDES, 2005, p. 231).

Porém, como muitas estruturas de dominação arcaicas se preservaram, tendo *a própria dominação senhorial se transformado em dominação oligárquica*, foram bloqueadas política, econômica e socialmente “a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história” (FERNANDES, 2005, p. 231). Aqueles que no antigo regime tinham seu trabalho apropriado pelos estamentos dominantes e não tiveram condições de ter sua própria solidariedade estamental, na República e no regime de classes também tiveram negadas as condições de solidariedade de classes, num processo que retirou do trabalhador as “bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e de dar sentido às *transformações de baixo para cima* da ordem social competitiva)” (FERNANDES, 2005, p. 232).

Para Fernandes (1986) o capital nesse contexto não desprende o trabalho do contexto histórico anterior, mas *aproveita-se e usa suas marcas sociais negativas* como um elemento não-econômico na deterioração do valor do trabalho no mercado¹⁵. Diferentes formas de sujeição foram refuncionalizadas no tortuoso processo de superação histórica do escravismo, até que o modo de produção capitalista se tornasse dominante. Fernandes (1986, p. 40) traz o exemplo dos fazendeiros paulistas que passaram a usar,

[...] o conceito do “trabalho livre na pátria livre” como um ardil, pois só eram livres, naquela “pátria”, os que não viviam da força de trabalho, seja como escravos, seja como assalariados. O ardil permitia prolongar por dois ou três anos e por cinco ou seis meses a submissão do escravo às obrigações perante o senhor e possibilitava a este, como “empregador”, manejar o contrato como um laço. O negro escravo e , especialmente, o “negro livre” perceberam claramente o ardil e o repeliram. Preferiam o desemprego e a miséria à degradação implícita numa relação de trabalho umbilicalmente presa ao escravismo.

Nesse interim – segundo Fernandes (1986) - os “trabalhadores nacionais” e os “imigrantes” buscaram primeiro conquistar um trabalho despojado da total subserviência e, assim como o negro, tinham que se impor primeiro *como gente* para lograr separar a *venda da força de trabalho* da *venda da pessoa*. Com o crescimento do modo de produção capitalista configura-se a personalidade do capitalista, bem como a personalidade do operário moderno, o crescimento da sociedade civil,

¹⁵ Embora a lógica *das classes* tenha substituído *o estamento e a lógica dos estamentos*, não houve nenhum choque mortal que provocasse alguma crise de perecimento na conciliação com o passado. Esta mostra seu caráter perverso e terrível no “Brasil indomável e selvagem dos *conquistadores*, dos que nasceram para fazer as pilhagens, convertê-las em negócios com os estrangeiros e suas potências, e para *dirigir a sociedade* dentro desse circuito fechado de particularismo estreito e de egoísmo insaciável” (FERNANDES, 1986, P. 70).

do Estado, etc. A massa burguesa é caracterizada, após a desagregação do regime escravista, por seu empenho em resguardar o *status quo* e manter a ordem sob controle, o que “converte a paz burguesa numa modalidade de paz armada e dissocia a mudança (em todas as esferas da economia, da sociedade e do Estado) das grandes reformas ditas capitalistas” (FERNANDES, 1986, p. 42-43).

De acordo com Netto (2011, p.17) pode-se falar em “questão social” num sentido universal enquanto “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”. A “questão social” se origina, no Brasil, nesse momento – de formação da República - em que a classe operária e os trabalhadores em geral emergem no cenário social e político, ensaiando movimentos reivindicatórios, mas com limitações histórico-sociais e restrições que se apresentam com um peso imenso, explicitando suas particularidades.

Tratando dessas condições que constituíram a generalização do regime de “trabalho livre” assalariado no Brasil, Fernandes (2005, p. 232-233) conclui que:

Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar.

Temos desse modo uma série de elementos do mandonismo tradicional que se perpetuam, se reconfiguram e mantém a classe trabalhadora brasileira sob um domínio autocrático bastante restrito para

quaisquer formas de aspirações progressistas de um ponto de vista social e democrático. Os sucessivos processos contrarrevolucionários desencadeados em golpes de Estado, as mais brutais formas de repressão e opressão das massas populares, etc. demonstram na história a intolerância das classes dominantes para com as aspirações dos “de baixo”.

A Revolução Burguesa no Brasil possui, como bem expõe Fernandes (1986), um drama crônico que é específico do capitalismo dependente: As impossibilidades históricas formam *uma cadeia* que fatalmente acaba se impondo *em cada fase do desenvolvimento*, pois, como não ocorre uma ruptura definitiva com o passado, este *se reapresenta a cada passo* na cena histórica e *cobra seu preço*. As reformas que seriam típicas de um modelo tradicional de revolução burguesa acabam sendo negadas e/ou neutralizadas. Netto (2010, p.18) identifica esse processo nos seguintes termos:

[...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g, as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

O entendimento da particularidade desse **desenvolvimento conservador** só é possível superando visões dicotômicas e esquemáticas. Se a modernização *refuncionaliza* e *integra* formas

econômico-sociais arcaicas *na sua própria dinâmica*, isso quer dizer que a manutenção – por exemplo - do latifúndio não se dá “por falta de capitalismo”, pelo contrário, *se dá pelo próprio desenvolvimento do capitalismo dependente em sua dinâmica particular*. Admitir que o capitalismo dependente *se desenvolve e se moderniza não significa negar as suas particularidades estruturais*; bem como entender *a manutenção de formas econômico-sociais arcaicas não significa negar que sob a dependência o capitalismo se desenvolve*. Fernandes (2005) centra suas atenções na busca por desvendar alguns elementos centrais: a questão da natureza do nosso capitalismo, qual tipo de transformação capitalista nos coube na “partilha do mundo”, quais são os marcos da evolução *possível* desse capitalismo, e o que ele reserva para suas duas principais classes: a burguesia e o proletariado.

O fim do Império e o início da República ainda continham somente os germes do poder burguês e da dominação burguesa no Brasil. Não existe nesse contexto um colapso do poder oligárquico, mas uma transição que, mantendo a hegemonia da oligarquia, recompõe as estruturas do poder configurando o domínio da burguesia. A oligarquia “não perdeu a base de poder que lograra antes”, encontrando “condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse possível, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas” (FERNANDES, 2005, p. 240). Constituiu-se assim uma “nova aristocracia”, sendo a oligarquia quem “decidiu” o que deveria ser a dominação burguesa “selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil” (FERNANDES, 2005, p. 246).

Um elemento importante nessa ascensão, segundo Fernandes (2005), foi que as várias “burguesias” da plantação e da cidade, não passaram por um processo significativo de fusão, preservando diversos particularismos, e foi na área do comércio que todos os setores burgueses se encontraram e partilharam seus interesses comuns. Desse modo, nossa burguesia não forjou instituições próprias de poder (como fizeram outras burguesias que primeiramente só utilizavam o Estado em arranjos mais complicados), ela estabeleceu o seu pacto de dominação de classe no terreno político, *convergindo e unificando-se no Estado*.

Essa burguesia não busca – no processo de edificação do seu domínio – superar as estruturas sociais arcaicas herdadas do passado. Como a transição se dá “por cima”, não convém à burguesia enfrentar as formas de domínio oligárquico instituídas e ela preferiu se comprometer com aquilo que lhe fosse vantajoso, tirando proveito “dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 240). Logo, não era somente a oligarquia que impunha um entrave às transformações sociais e nacionais que seriam típicas de uma revolução burguesa clássica; a “própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas”, optando por uma “mudança gradual” em larga composição e evitando “uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES, 2005, p. 241).

Embora – como já demonstramos – diversos setores dessa burguesia propalasses a retórica liberal e ideais como os da revolução francesa; quando outras classes cobraram que esses ideais fossem para além da simbologia, ela demonstrou suas verdadeiras entranhas

“reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico” (FERNANDES, 2005, p. 242). Como por exemplo, tratando as greves da década de 1910 puramente como casos de polícia ou a própria repressão contra as mais amplas reivindicações democráticas do povo meio século depois.

As transformações conduzidas “a partir de cima” consolidaram um poder dominante autocrático bastante hostil a quaisquer pressões populares ou de outras camadas sociais que possam exigir mudanças, mesmo que dentro da ordem. Isso faz com que “a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma “democracia restrita”, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, P. 249). E, ao mesmo tempo, se ampliou de maneira explosiva a potencialidade dos conflitos sociais, tornando iminente o surgimento de oposições “de baixo pra cima” que poderiam se converter em “oposição contra a ordem”.

É assim que – de acordo Fernandes (2005) - o “velho” e o “novo” se fundem e se recompõem prevalecendo a lógica da *dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes*. Onde “o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização” e garantia “a maior segurança possível na passagem do mundo *pré-capitalista* para o *mundo capitalista*, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade”” (FERNANDES, 2005, p. 247).

A dominação burguesa então se constitui de um modo em que as concepções da “velha” e da “nova” oligarquia convertem “a burguesia

em uma força social naturalmente ultraconservadora e reacionária” (FERNANDES, 2005, p.250). Poder-se-ia dizer que a burguesia brasileira teria como optar por um caminho distinto da perpetuação da dependência, e exemplos como os da emancipação política da burguesia estadunidense poderiam sustentar esse argumento. No entanto, como seria possível sustentar o desenvolvimento do capitalismo internamente nos “marcos tão recentes do passado colonial e neocolonial, ainda vivos no processo de descolonização em curso ou, pior, nos processos de acumulação capitalista recém-adotados na economia agrária?” (FERNANDES, 2005, p. 251).

É preciso compreender que não se pode ter uma mesma explicação para “as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”” (FERNANDES, 2005, p.251). Verificando as condições sócio históricas de países como o Brasil, percebemos que determinadas burguesias “não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a “transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”” (FERNANDES, 2005, p.251). Nesta direção as classes dominantes nativas se sentiram confortáveis com a continuidade da dependência, tendo em vista que:

O que determinou a transição não foi a “vontade revolucionária” da burguesia brasileira nem os reflexos do desenvolvimento do mercado interno sobre uma possível revolução urbano-industrial dinamizável a partir de dentro. Mas o grau de avanço relativo e de potencialidades da economia capitalista no Brasil, que podia passar, de um momento para outro, por um amplo e profundo processo de absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista. Esse grau de avanço relativo e de potencialidades abriu uma oportunidade decisiva, que a burguesia brasileira

percebeu aproveitou avidamente, edificando seus laços de associação com o imperialismo. (FERNANDES, 2005, P. 253).

A dependência e o subdesenvolvimento não foram apenas impostos de fora para dentro, na compreensão de Fernandes (2005, p.262) ambos,

[...] fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana.

Os dinamismos estruturais de nossa sociedade conferem a ela uma instabilidade constante (em tempo histórico), expressada na pouca durabilidade das constituições, nos curtos períodos de “democracia” com sufrágio universal, etc. Esta é a realidade que uma classe dominante com muito pouco a ceder tem que lidar constantemente, oscilando entre a necessidade da contra-revolução e o próprio distensionamento da mesma em condições propícias para a manutenção no poder do mesmo bloco dominante. A maneira como a *democracia de cooptação*¹⁶ é combinada com a reprodução da *autocracia* burguesa também varia de acordo com a conjuntura, os governos do período Vargas demonstraram bem essas *tendências* e *contra tendências*, cedendo alguns direitos aos trabalhadores, cooptando o movimento sindical, variando entre a tensão e a distensão no nível da repressão, abrindo e fechando espaços democráticos de acordo com a conveniência. Não há determinações unilaterais nesse contraditório movimento, o que nos cabe analisar é a maneira como esse processo de *contradições vivas* sucede continuidades

¹⁶ Ver páginas 111, 112 e 113.

e rupturas que fazem parte da dinâmica de manutenção do domínio oligárquico-burguês sob o capitalismo dependente. Como já vimos, essas tensões e distensões por parte do poder dominante também não são meramente antecipatórias, mas relacionam-se com a dinâmica da luta de classes e com a pressão decorrente das reivindicações fruto da organização e pressão dos explorados e oprimidos.

Para Fernandes (1994) a *Aliança Liberal* consubstanciou os ideais de revolução especificamente política emanada do cume dos cidadãos rebeldes e seu movimento cívico de derrubada da antiga oligarquia. Esse movimento “vomitou o povo nas ruas” animando amplos setores populares insatisfeitos com a república velha, porém os ‘de cima’ tinham outras ideias e intenções:

Getúlio usou os inconformados como a cauda política do movimento burguês. Mas realizou, a partir de cima, uma manobra que no México exigiria uma revolução social. Introduziu a legislação trabalhista e a organização dos trabalhadores. Mas atrelou os sindicatos ao Estado e criou um exército de sindicalistas-pelegos, que contava como a base social do imenso e duradouro edifício de paz burguesa, montado com recursos financeiros e humanos tirados dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, instituiu organizações de salvaguarda da solidariedade e prestação de serviços dos trabalhadores, submetidas ao controle social e à manipulação econômica e política dos patrões. Para completar essa obra, ignorou a situação dos miseráveis da terra, enquanto estabelecia laços orgânicos entre oligarquias rurais e plutocracias urbanas. Através do PSD e do PTB, em luta encarniçada contra o Partido Comunista ou contando com seu apoio tático, engendrou um jogo político que fortaleceu a conciliação de classe e consolidou a condição de causa política da burguesia dos operários e das massas populares. (FERNANDES, 1994, P. 102).

Foi nessa lógica política que a burguesia ignorou as deformações práticas e institucionais do federalismo e, após curtíssima experiência (1930-34 e 1934-37), substituiu a autocracia dissimulada pela ditadura ostensiva. A democracia “sequer foi examinada como “mal necessário”, como pressuposto ou premissa das reformas e revoluções dentro da ordem, essenciais para o desenvolvimento capitalista”, ela foi encarada como um mal em si, uma “fonte de antagonismos sociais que cumpria reduzir ao valor zero”, mantendo-a somente como ritual simbólico, ou a eliminando, “preservando na prática a *democracia restrita*, instrumental para a conciliação e a reforma que convinham aos estratos com faculdade de decisão das classes burguesas” (FERNANDES, 1994, p. 102-103).

Após a queda do Estado novo ocorrem ensaios de democracia num contexto em que as classes trabalhadoras cresceram numericamente em vigor político. A democracia respondia às exigências cívicas de cada uma das classes de maneira diferente. Posteriormente, o simples impulso pela criação de “condições para a emergência de uma “democracia de participação ampliada” foi razão suficiente para um golpe de Estado e a imposição de uma ditadura de inspiração militar e de suporte civil” (FERNANDES, 1994, P. 103). A ditadura civil-militar iniciada em 1964 foi um ponto culminante na plena estruturação do *bloco de poder hegemônico do grande capital nativo associado ao imperialismo global*.

Sucederam-se **três fases na emergência e consolidação do capitalismo dependente no Brasil**: A fase de *eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno* (que iria da “Abertura dos Portos” até a sexta década do século XIX), a fase de *formação e expansão do capitalismo competitivo* (que vai do “último quartel” do século XIX até

a década de 1950 no século XX) e a fase de *irrupção do capitalismo monopolista*, que se acentua no fim da década de 1950 e se consolida estruturalmente após o golpe de 1964 (FERNANDES, 2005, p. 263 e 264).

As transformações ocorridas principalmente entre a última década do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial, transformaram – de acordo com Fernandes (1986) - a industrialização num processo social estável que infundiu à urbanização um novo caráter; essas transformações são ampliadas e consolidadas posteriormente com o crescimento da urbanização, o aumento do mercado interno, a ação direta do Estado no desenvolvimento da indústria pesada de base, além da expansão da indústria de substituição de importações no contexto da Segunda Grande Guerra conjuntamente com o deslocamento das fronteiras do modo de produção dos centros imperialistas para a periferia, processo no qual o Brasil se viu profundamente envolvido a partir da segunda metade do século XX. Tal movimento resultou “em *uma revolução pelas estruturas* do modo de desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 1986, p. 38), fazendo com que o desenvolvimento capitalista e a consolidação do domínio da grande burguesia nativa associada aos centros imperiais externos seguissem aprofundando o padrão dependente do capitalismo brasileiro.

A consolidação da revolução burguesa no Brasil tem seu marco político no golpe civil-militar de 1964. Vários elementos sócio-políticos desse acontecimento histórico precisam ser entendidos em sua relação com a estrutura econômica do capitalismo dependente, essa análise evidencia os limites de uma ordem social que se fecha para os anseios da reforma social, nacional e democrática, fazendo com que tais

reformas deixem de ser tarefa do seu próprio desenvolvimento. A blindagem conservadora se evidencia a cada momento histórico e vive o seu clímax no golpe preventivo que consolida o pleno domínio do *capitalismo monopolista de Estado* numa ordem *permanentemente dependente*.

2.1 – Consolidação da Revolução Burguesa e Ditadura civil-militar

A consolidação da Revolução Burguesa no Brasil se deu no contexto global que Fernandes (2009) chama de “novo imperialismo”, caracterizado principalmente pela hegemonia dos Estados Unidos. A essência desse período está na expansão do próprio capitalismo monopolista¹⁷, mas essa nova forma de domínio não se caracteriza somente por fatores econômicos. As transformações do poder financeiro das empresas capitalistas foram geradas “por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração”, bem como “pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 2009, p. 29).

Após a Segunda Guerra Mundial algumas mudanças importantes ocorreram na forma do domínio econômico e político exercido pelo imperialismo, bem como transformações socioculturais neste âmbito. Os países (principalmente do leste europeu) que vivenciaram processos pós-

¹⁷ De acordo com Fernandes (2005, p. 320): “Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total”, ele “não conhece fronteiras e não tem freios”, penetrando nos países periféricos a partir de dentro “enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras”.

capitalistas e tentaram a transição ao socialismo (com avanços sociais, culturais e tecnológicos importantes¹⁸) compeliram “as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado” (FERNANDES, 2009, p. 29-30). Portanto, “enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação de concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas”, o *novo imperialismo* “representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo”, havendo fenômenos centrais nessa política tais como: “a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 30). A influência hegemônica dos EUA foi então recebida “como um preço razoável pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e o Japão”, mesmo ainda havendo “tensões e rupturas” que são “manipuladas em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos “interesses privados”, isto é, do capitalismo” (FERNANDES, 2009, p.30).

Após afirmar que esse novo padrão de imperialismo é, em si, destrutivo para os países da América Latina, Fernandes (2009) fala de um período (ao longo da Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial) em que as influências externas das potências centrais decresceram e os países da região conseguiram de alguma forma impulsionar sua expansão interna. Isso se deu com a “absorção de meios para a produção de produtos importados e na

¹⁸ O que – no pós-Segunda Guerra – significou a “existência de uma economia socialista bem-sucedida e expansiva, dotada pelo menos de padrões equivalentes de tecnologia, organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização” (FERNANDES, 2009, p. 29).

seleção estratégica de importação de bens e serviços”, e alguns países “o Estado foi capaz de construir e desenvolver indústrias básicas, através de empresas públicas ou semipúblicas, como uma base para a diferenciação da produção industrial”, com a “aceleração autônoma do crescimento econômico e a integração nacional da economia” (FERNANDES, 2009, p. 30-31).

Posteriormente, a “erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias”, que aparentavam “corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos” (FERNANDES, 2009, p. 30). Essas corporações foram saudadas pelas elites latino-americanas como capazes de contribuir para o “desenvolvimentismo”, recebendo um irracional apoio econômico e político. Elas “se tornaram um polo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico” (FERNANDES, 2009, p. 30). Ocorreu então que:

As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 2009, p. 30).

Enquanto nas demais nações capitalistas avançadas, a hegemonia dos Estados Unidos¹⁹ pôde ser de alguma forma contrabalanceada²⁰, nos países latino-americanos “suas elites no poder não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas”, fazendo com que “o processo de modernização” – iniciado sob controle dos EUA – apareça “como uma rendição total e incondicional” que se propaga “por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública”, inclusive nas próprias “aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável” (FERNANDES, 2009, p. 32).

Para István Mészáros (2003) o sistema do capital vive desde meados dos anos 1970 uma *crise estrutural*, na qual o sistema como um todo se aproxima de seus limites históricos e sistêmicos. A potencialidade destrutiva do próprio sistema e seu “complexo industrial/militar” demonstra que com “o fim da ascensão histórica do capital, as condições de reprodução expandida do sistema foram radical e irremediavelmente alteradas, empurrando para o primeiro plano suas tendências destrutivas” conjuntamente com o “desperdício catastrófico” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22). O desemprego atualmente já não consiste num “exército de reserva” com relativa rotatividade esperando

¹⁹ Para Mészáros (2013, p. 11) “Não se pode negar que a nova fase do imperialismo hegemônico global está sob o controle preponderante dos Estados Unidos, ao passo que outros parecem aceitar o papel de se agarrarem à casaca americana, embora isso não signifique que o aceitarão eternamente. Pode-se prever com segurança, com base nas instabilidades já evidentes, a explosão no futuro de fortes antagonismos entre as principais potências. Mas poderia isso por si só oferecer resposta para as contradições sistêmicas em jogo sem tratar das determinações causais nas raízes do desenvolvimento imperialista? Seria ingenuidade acreditar que sim.”

²⁰ Pois essas nações “possuem recursos materiais e humanos para resistir às implicações negativas da empresa corporativa norte-americana, e para limitar e mesmo para estabelecer controles seletivos das consequências culturais ou políticas resultantes da supremacia econômica dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 31-32).

por ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como na época da expansão do capitalismo. Trata-se hoje de um quadro em que: “a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acríticos do capital como “desemprego estrutural”” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22).

A crise estrutural do capital consiste numa crise de caráter *global* e *universal* (que atinge todos os países e todo o sistema), sua duração é *extensa e contínua* (e não meramente conjuntural) e sua forma de desdobramento é *gradual* (o que não exclui convulsões futuras):

Nunca é demais assinalar que a crise que vivemos não pode ser compreendida se não a remetermos para a estrutura social no seu todo. Isto quer dizer que, para clarificarmos a natureza desta crise, cada vez mais grave e duradoura, que afeta hoje o mundo inteiro, devemos considerar a crise do sistema capitalista no seu todo. Pois a crise do capital que experimentamos hoje é uma crise estrutural que tudo abrange. (MÉSZÁROS, István. *Uma crise estrutural exige uma mudança estrutural*. Em:

<http://resistir.info/meszaros/meszaros_mar12_p.html>. Acesso em: 06 janeiro 2015.)

Ao analisar as tendências do imperialismo em sua fase atual, Mézárós (2003, p. 27) afirma que “o final da ascensão histórica do capital também trouxe consigo uma *equalização para baixo da taxa diferencial de exploração*”. O filósofo húngaro chega a citar o exemplo de uma mesma empresa (Ford) que – em 1971 – remunerava nos EUA sua mão de obra com US\$7,50 por hora, enquanto nas Filipinas a remuneração por trabalho equivalente era de apenas US\$0,30 hora. Tal tendência demonstra que:

Por uma série de razões, incluindo a *articulação estrutural* do “capitalismo avançando” com a catastróficamente perdulária *taxa de utilização decrescente* como importante condição de expansão

contínua, *não é concebível* que esse fracasso do capitalismo seja remediado no futuro. Assim, o fracasso da modernização capitalista do “Terceiro Mundo”, apesar de todos os esforços nela investidos durante décadas de expansão do pós-guerra, chama nossa atenção para um *defeito estrutural fundamental de todo o sistema*. (MÉSZÁROS, 2003, p. 29, grifos meus).

Outra importante tendência do imperialismo global hegemônico atual é “o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de produção do metabolismo social do capital” (MÉSZÁROS, 2003, p. 29). Os Estados seguem tendo papel central no capitalismo monopolista, a existência de um suposto “neoliberalismo” que projetaria o declínio ou a redução do Estado não se verifica na prática, pois “afirma-se a centralidade do Estado, peça-chave da expansão global das empresas multinacionais”, ele “interfere na gestão da crise e na competição intercapitalista”, e embora os mercados transcendam os Estados, eles “operam nas suas fronteiras” (IAMAMOTO, 2007, p. 122). De acordo com Lara (2011, p. 26):

Para assegurar os mecanismos tencionados pela ordem monopólica, o Estado é reivindicado como mecanismo de *intervenção extraeconômica*, cuja função é assegurar os *grandes lucros* dos monopólios e desempenhar funções econômicas como investimentos em setores menos rentáveis e em empresas com dificuldade de crescimento ou em crise; entregar aos monopólios os complexos construídos com fundos públicos, além de outros fatores que os fortalecem em detrimento dos custeios do Estado. O Estado passa a ter como principal objetivo garantir as condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista.

Numa entrevista em que polemiza com Francisco Weffort (então secretário-geral do PT e depois Ministro de FHC que defendia a “fecundação recíproca entre marxismo e neoliberalismo”), Florestan Fernandes diz: “*Eu não acredito na existência de um neoliberalismo;*

ainda não se encontrou uma ideologia adequada para essa manifestação do capitalismo monopolista e do padrão correspondente de imperialismo” (FERNANDES, 1990, p. 6, grifo meu)²¹. Em artigo posterior, no qual ironiza o discurso da direita sobre “o fim do marxismo”, reafirma:

Ora, o que se deve questionar é a existência de um ‘neoliberalismo’ (...). Que ‘neoliberalismo’ poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista e seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou destas metamorfoses do capital. (...) O neoliberalismo *não possui nenhum espaço para concretizar-se* porque *nessa situação histórica o liberalismo foi liquidado* (FERNANDES, 2005b, p. 201, grifos meus)²².

É sempre importante diferenciar *as ideologias* das classes dominantes *das práticas políticas e econômicas concretas*²³ levadas a cabo pelas mesmas, pois na realidade de um capitalismo monopolista de Estado é evidente que nenhum tipo de “Estado mínimo”, “livre mercado” ou “mão invisível” existe ou opera na realidade efetiva. Como bem ressaltou Fernandes, a metamorfose do sistema do capital que o levou – por consequência da sua própria lógica – à fase monopolista liquidou qualquer possibilidade histórica da concretização de um “liberalismo”, portanto – apesar de ser um termo usual – consideramos equivocada a tese de que nos tempos recentes vivemos numa fase

²¹ FERNANDES, Florestan – “Florestan Defende o Conceito de Luta de Classes”, In: Folha de São Paulo 04/09/1990: página 6.

²² FERNANDES, Florestan – “Em Defesa do Socialismo [1990]”, In: Em Busca do Socialismo. São Paulo: Xamã, 2005b, p. 201.

²³ Evidente que as ideologias *se relacionam* com as práticas sociais e políticas concretas de determinados grupos e/ou classes sociais, mas ambas *não se confundem*. É preciso *diferenciar* o que efetivamente opera na realidade concreta, e as formas de consciência (ideologias) que legitimam tais práticas reais a partir de ideias mais ou menos mistificadas e apologéticas.

“neoliberal” do capitalismo²⁴. O que temos efetivamente é a maior concentração e hierarquização do capitalismo monopolista de Estado e do imperialismo hegemônico em nível mundial; e – mesmo no sentido ideológico – Fernandes discorda da caracterização da ideologia das classes dominantes nesse contexto como “neoliberal”, afirmando ainda não ter surgido um termo apropriado para expressar essa ideologia conservadora atual (ou seja, a ideologia que é expressão do poder do capitalismo monopolista e do imperialismo)²⁵.

Se sucederem então – segundo Mészáros (2003, p. 72) – três fases distintas na história do imperialismo:

1. *O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios*, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2. *Imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas*, chamado por Lênin de “estágio supremo do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores, e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que chegou ao fim logo após o final da Segunda Guerra Mundial; e 3. *Imperialismo global hegemônico*, em que os Estados Unidos são a força dominante, prenunciado pela versão de Roosevelt da “Política de Porta Aberta”, com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do capital – apesar de ter se

²⁴ "Por dentro do 'neoliberalismo' só se pode concluir que a história não existe mais. (...) As elites que comandam e dirigem as tecnoestruturas extraem a história pronta e acabada das entranhas do capital oligopolista. Entre muitos reparos que seriam implacáveis, prefiro as conclusões de Harold Laski. O liberalismo desapareceu junto com as condições históricas que desvendaram seu invento e condicionaram o seu desenvolvimento como ideologia. Não há mais lugar para um 'neo' - nem necessidade disso." (FERNANDES, Florestan – “As contradições da modernização”, In: Em Busca do Socialismo. São Paulo: Xamã, 2005, p. 156).

²⁵ Tal posição com certeza é bastante polêmica e acreditamos ser necessário o desenvolvimento dessa crítica em trabalhos posteriores.

consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante.

A emergência e expansão do capitalismo monopolista estendeu o domínio das grandes corporações capitalistas nos países periféricos sem necessitar de uma intervenção extensa e profunda nas suas estruturas coloniais, neocoloniais ou competitivas. Na realidade “essas estruturas *lhes eram altamente vantajosas*, já que economias desse tipo não dispunham de *mecanismos econômicos reativos de autodefesa*” (FERNANDES, 2005, p. 295, grifos meus). Assim, as grandes corporações através das nações hegemônicas exigem dos países periféricos que coloquem “a casa em ordem” para garantir a viabilidade do “desenvolvimento por associação”, e também desencadeiam “vários tipos de projetos de assistência, uns econômicos, financeiros ou tecnológicos, outros policial-militares, educacionais, sindicais, de saúde pública ou hospitalares, etc.” (FERNANDES, 2005, p. 297-298). Essa associação deixa de lado ou em segundo plano “os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista”, evidenciando uma caracterização muito mais selvagem dessa transição nos países periféricos que impede “qualquer conciliação concreta” entre “*democracia, capitalismo e autodeterminação*” (FERNANDES, 2005, p. 298).

As grandes corporações ligadas aos países imperialistas tiveram dois momentos de penetração na economia dependente brasileira. Num primeiro momento “só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiram abrir, numa economia capitalista dependente, mas

em fase de transição industrial relativamente madura” e no segundo momento, que se dá principalmente após o golpe de 1964, “elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial” configurando-se “o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer” (FERNANDES, 2005, p. 298). A *dupla articulação* que configura a dependência perdura-se através da superexploração dos trabalhadores que gera superlucros compartilhados pela associação das classes dominantes internas, em particular algumas frações destas como o latifúndio exportador e a burguesia monopolista, com o capital imperialista, o que supõe e reproduz certas formas e modos de dependência. Nesta relação há uma característica inelutável:

[...] grande parte do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários, e a organização da produção, nesse setor, dificilmente poderia evoluir para formas especificamente capitalistas, sem elevar os custos a níveis demasiado altos. Além disso, a conjugação de procura externa com técnicas de produção extensiva acarretou um padrão de crescimento econômico pouco flexível, fundado em substituição súbita dos produtos básicos e em constante mobilidade dos centros economicamente prósperos, descrito por alguns autores como *ciclos econômicos*. Esgotada a fase de prosperidade, com frequência não há outra alternativa senão manter, enquanto for possível, a produção no setor. Em conjunto, pois, o emprego ótimo dos fatores econômicos não é determinado pelos requisitos em termos da integração ao mercado mundial. Mas, por uma acomodação plástica às flutuações da procura externa, às possibilidades regionais de atendê-las e às perspectivas decorrentes de atividade econômica lucrativa (FERNANDES, 1968, p. 63).

Essa ‘pouca flexibilidade’ do crescimento econômico demonstra a maneira como a *dependência tecnológica* em relação às grandes potências é eternizada, num padrão de desenvolvimento que permanece passivo diante dos interesses externos. Fica evidente o peso que o elemento externo tem no direcionamento da própria dinâmica interna da economia dependente. A *dupla articulação* apresenta-se de modo que a *articulação interna* (desenvolvimento desigual entre distintas formas de produção, articulando setores arcaicos e modernos e implicando modos relativos de subdesenvolvimento) vincula-se à *articulação externa* (imperialismo/dependência), e esta última faz parte e é constitutiva da própria estrutura interna. Ambas se articulam dialeticamente entre si e constituem o *todo unitário* que configura a formação social brasileira.

Conforme o capitalismo avançado se desenvolve, ele impõe contínuos “reajustamentos no mercado mundial, dos quais resultam a transformação e a reorientação das técnicas capitalistas de controle à distância das economias nacionais dependentes”, essas alterações ocorrem sempre no sentido de “converter os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora do seu próprio excedente econômico” (FERNANDES, 1968, p. 66). Essa transferência para fora de boa parte do excedente precisa ser entendida como parte integrante da própria estrutura hierárquica do *imperialismo hegemônico global* (ou *imperialismo total*), compreendendo-se qual o papel que as economias dependentes cumprem na ordem global do capitalismo monopolista, superando visões fragmentadas que dissociam as particularidades nacionais de sua integração na totalidade do sistema mundial.

Fernandes (2005, p. 309) mostra como que a crise do poder burguês decorrente da consolidação do capitalismo monopolista principalmente a partir dos anos 1960, se resolve no Brasil sem grandes abalos na ordem social existente. Indicando três principais elementos nesse processo:

1º) a capacidade da iniciativa privada interna de captar as irradiações econômicas das grandes corporações, das nações capitalistas hegemônicas e do mercado capitalista mundial; 2º) a capacidade de mobilização social e política da burguesia *como classe possuidora e privilegiada*; 3º) a possibilidade de converter o Estado em eixo político da recomposição do poder econômico, social e político da burguesia, estabelecendo-se uma conexão direta entre dominação de classe, concentração do poder político de classe e livre utilização, pela burguesia, do poder político estatal daí resultante.

Esse terceiro elemento que consiste na simbiose entre poder burguês e Estado é de fundamental importância para compreender as especificidades do poder político em nossa realidade. O Estado tem grande importância tanto no desenvolvimento do capitalismo periférico quanto num “tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização política da autodefesa de classe”, perpetuando uma sociedade que faz “o grosso da população permanecer excluída do funcionamento normal do regime de classes e da ordem social competitiva”, na qual somente “as classes altas e médias chegam a participar efetivamente das vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 311). Nesta realidade a dominação burguesa irradia certos privilégios próprios de sua natureza somente para uma minoria, “nos 10, 15, 20 ou 25% que têm rendas altas, monopolizam a cultura e o poder político” e o Estado se constitui “no veículo por excelência do poder burguês”, afinal, para

desenvolver um capitalismo monopolista dependente necessita-se de uma grande estabilidade política que “só uma extrema concentração do poder político estatal é capaz de garantir” (FERNANDES, 2005, p. 312).

Temos, ao mesmo tempo, uma clara dissociação entre desenvolvimento político e desenvolvimento econômico. Enquanto no plano econômico temos “um padrão capitalista altamente *racional e modernizador*”, junto a isso são implementadas “[...] medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelam o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*”, mas “a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 313).

O capitalismo monopolista também se consolida no Brasil sem eliminar “uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas”, ou seja, não se eliminam por completo as relações do passado “pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia”, persistindo assim “formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas””, que seguiram coexistindo “ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial” (FERNANDES, 2005, p. 315).

Fernandes (2005, p. 320) afirma claramente que essa forma de “articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial” consiste numa estrutura que **jamais poderá ser destruída se isso se der dentro e através do capitalismo**. A dependência e o subdesenvolvimento **não eliminam** o fato de que

“enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si”, elas apenas “introduzem elementos novos na formação e na manifestação de tais processos, que se ajustam, assim, à natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido”, tendo a peculiaridade de “introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos” (FERNANDES, 2005, p. 323).

Há um tipo de interpretação errônea a respeito da revolução burguesa em países periféricos que já teve e ainda tem respaldo em diferentes análises sociológicas. Segundo essa interpretação existiria um “esquema” de revolução burguesa que seria idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas. A dependência e o subdesenvolvimento seriam, assim, apenas estágios passageiros que estariam “destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 338), acreditando-se que a periferia dependente repetiria, através de revoluções anticoloniais, a história das nações centrais.

Imaginar que o Brasil possa cumprir tais etapas da mesma maneira como se deu as revoluções burguesas clássicas, e que suas classes dominantes estariam interessadas em uma plena ‘emancipação nacional’, só é possível desconsiderando o fato de que nossa revolução burguesa já está completa e consolidada, e ignorando que a *dupla articulação* que configura nossa formação social torna o capitalismo dependente *o único capitalismo possível em nosso País*. A ideia de que

poderíamos repetir os passos do desenvolvimento capitalista nos países centrais acaba negando que no capitalismo dependente o crescimento se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis.

De fato existem “estruturas e dinamismos essenciais” que são comuns aos países centrais e periféricos, que consistem em “uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria *capitalista*” (FERNANDES, 2005, p. 339), mas essas uniformidades não negam a existência de diferenças fundamentais “que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado”, articulando “no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas”. Para uma compreensão concreta de nossa realidade, o fundamental está em constatar não apenas as uniformidades, mas principalmente as particularidades que explicam “a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente”, pois somente dessa forma é possível “colocar em evidência como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história” (FERNANDES, 2005, p. 340).

A articulação entre transformação capitalista e dominação burguesa no Brasil não pode repetir os pré-requisitos do modelo clássico democrático-burguês, ela se dá através de uma “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia” ou então

“uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”. As nações hegemônicas não possuem nenhum interesse em inibir esse modelo autocrático que representa um capitalismo “selvagem e difícil”, por meio de um enfraquecimento das burguesias dependentes. Se assim o fizessem “estariam fomentando a formação de burguesias de espírito nacionalista e revolucionário” ou “incentivando transições para o capitalismo de Estado e para o socialismo”, trabalhariam desse modo contra os seus próprios interesses, “que consistem na continuidade do desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido” (FERNANDES, 2005, p. 341-342).

O fato de a grande burguesia brasileira ser dependente e associada ao imperialismo estrangeiro não significa que ela seja permanentemente uma burguesia “frágil” ou “débil”, segundo Fernandes (2005, p. 342) essa fraqueza “das burguesias submetidas e identificadas com a dominação imperialista é meramente relativa”, e enquanto mais “se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida”, essa solidez se confirma não somente com “uma burguesia articulada internamente em bases nacionais” como também “bastante forte para saturar todas as funções políticas auto-defensivas e repressivas da dominação burguesa”.

O domínio burguês que combina a adaptação tanto “às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno” quanto “às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349) manteve sua rota e preservou sua essência desde a Primeira República até o período pós-golpe de 1964. O “despotismo burguês” que evidencia “uma clara separação entre *sociedade civil e nação*”

(FERNANDES, 2005, p.352), no sentido de que a participação em instâncias dessa sociedade civil burguesa restringe-se apenas a uma parcela reduzida e elitizada da nação como um todo, é combinado com uma “formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de “poder político legítimo”” (FERNANDES, 2005, p. 353).

Esse “capitalismo selvagem” consiste no modelo de “capitalismo possível” nos países periféricos na era “da partilha do mundo entre as nações capitalistas hegemônicas, as “empresas multinacionais” e as burguesias das “nações em desenvolvimento””, conjugando “desenvolvimento capitalista com a vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesas e com o florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas”, e associando “luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro” (FERNANDES, 2005, p.353-354). Tanto os anseios provenientes de um reformismo burguês (como por exemplo, demandas de reforma agrária e de expansão do mercado interno) quanto os movimentos democrático-burgueses (como a radicalização das classes médias), são sufocados “a partir de compulsões que emanam da própria dominação burguesa e da forma de solidariedade de classe em que ela repousa”. Convertendo nossa *burguesia nacional* “estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente anti-imperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político” (FERNANDES, 2005, p. 355).

As práticas políticas e econômicas levadas a cabo pelas classes dominantes sempre são alimentadas por ideologias e por utopias

burguesas anacrônicas quando verificamos sua aplicabilidade, num movimento em que “as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes” (FERNANDES, 2005, p. 366). Se na época da emergência da ordem capitalista competitiva tínhamos o ‘liberalismo’ absorvido de maneira tosca e parcial pelas elites, na época da ordem monopolista nós temos um *desenvolvimentismo* que desloca “a lealdade à nação e às polarizações ideológicas ou utópicas da revolução nacional” para “a lealdade a certas causas muito abstratas e supranacionais, como a “solidariedade hemisférica”, “a solidariedade às nações democráticas” ou a “defesa da civilização cristã e ocidental”” (FERNANDES, 2005, p. 367).

É claro que tais ideologias possuem, em nossa realidade, muito menos (ou quase nenhuma) efetividade, e nos cabe buscar os nexos existentes entre as ideologias das classes dominantes dos países periféricos e as ideologias das nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência. A própria relação de dependência e associação às corporações e interesses imperiais externos, que conduz a incorporação de tais ideologias, é ela mesma o entrave para que as utopias burguesas dos países centrais sejam realizáveis em nossa realidade. Na fundamentação “teórica” que buscou justificar o golpe de 1964, nossa burguesia nativa em sua condição de laçania principalmente dos interesses dos Estados Unidos, incorporou uma *perspectiva “modernizadora”* ²⁶ advinda diretamente da sociologia burguesa decadente daquele país.

²⁶ Mészáros (2013, p. 23) ironiza a projeção de Rostow e de todo “o exército da economia burguesa” que previam confiantemente “que não somente os “bolsões de desemprego” das democracias ocidentais se transformariam rápida e permanentemente

De lá veio, pronta e acabada, uma teoria de desenvolvimento com segurança que punha ênfase no caráter “revolucionário” da modernização, dirigida e graduada a partir de fora. Os cientistas políticos norte-americanos trabalharam extensamente a noção de que os países pobres e atrasados abrem suas vias históricas por meio de “oligarquias modernizadoras”, que usam a repressão e a opressão para desencadear “mudanças profundas” em seus países. A “teoria” silenciava a respeito de vários pontos essenciais. O mais importante é que tais oligarquias são *modernizadoras* para si próprias e para os centros imperiais. Elas não operam no sentido de provocar o aprofundamento de descolonização, da revolução nacional e da revolução democrática; mas, em direção inversa, de estabelecer as bases econômicas e políticas da “revolução modernizadora”, promovendo a criação dos elos necessários a formas crescentemente mais complexas e difíceis de incorporação da periferia ao núcleo das economias, do sistema de poder e da organização ideológica das nações imperialistas. Portanto, elas se convertem em elementos perigosos para os seus próprios países, nos quais introduzem medidas repressivas intrinsecamente imperialistas, anti-sociais e anti-nacionais (FERNANDES, 1986, p. 14).

Essa incorporação da periferia ao núcleo das econômicas centrais, mediante processo de aprofundamento da dependência, **de modo algum é um entrave para o desenvolvimento** e para a *modernização conservadora*; pelo contrário, **é mediante essa relação que se consolida e matura-se estruturalmente a revolução burguesa e o desenvolvimento capitalista em nosso País.** Afinal,

Os propósitos “modernizadores” se concentram e se intensificam na esfera da produção, dos níveis

em oásis de “riqueza” e prosperidade, mas que graças às suas receitas e truques de mestres da “*modernização*” o Terceiro Mundo “chegaria ao mesmo nível de “desenvolvimento” e da feliz realização das “nossas democracias ocidentais””. Tais ideólogos acreditavam “que era parte da natureza predeterminada do universal atemporal que o “subdesenvolvimento” seria seguido pela “*decolagem*” capitalista”, trazendo inexoravelmente “consigo um “*impulso para a maturidade*”” (MÉSZAROS, 2013, p. 23).

do consumo e dos padrões de vida. “Modernizar” não quer dizer realizar as reformas e as revoluções capitalistas que tornam o desenvolvimento capitalista, nos seus limites históricos, um fator de transformação da sociedade civil, da cultura e do Estado. “Modernizar” significa reajustar as economias periféricas às estruturas e aos dinamismos das economias centrais, para que o fluxo da expropriação dual do excedente econômico alimente as taxas de crescimento da acumulação capitalista nos ritmos necessários ao “bom andamento dos negócios”, ao assalto pirata do *botim nacional* (FERNANDES, 1986, p. 60).

Esse tipo de modernização, pelo seu caráter particularista e por sua indução *de fora pra dentro*, excluí amplas massas do povo das garantias sociais e civilizacionais que poderiam decorrer desse desenvolvimento; além de aprofundar e consolidar a plena associação da grande burguesia nativa com o capital financeiro e os interesses monopolistas externos. Essa situação **não torna o Brasil ‘menos capitalista’**, pelo contrário, **revela a qualidade do seu capitalismo**, que passou “pelo colonialismo direto, o modo de produção escravista e a exclusão marginalizadora do “homem pobre livre”” e continua a passar pela “superexploração da massa dos despossuídos, a opressão despótica e autocrática dissimulada sob o paternalismo e o patrimonialismo, a extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder” (FERNANDES, 1986, p. 61).

Para Sampaio Jr (2012) o *desenvolvimentismo*, não só apenas no Brasil como em grande parte da América Latina, serviu enquanto arma ideológica das forças econômicas e sociais dominantes que no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado,

subordinado aos desígnios da sociedade nacional. Perpetua-se - dessa maneira - a:

[...] dupla articulação que compromete a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios de desenvolvimento — a situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. A subordinação da vida econômica nacional à lógica ultraespeculativa do capital internacional e à reprodução de estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes — molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e as crises cíclicas de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 674).

Na análise de Fernandes (2005) o regime ditatorial instituído a partir de 1964 consistiu em uma “contrarrevolução preventiva” que instaurou uma “ditadura aberta de classe”. Essa análise é o desfecho de seu ensaio sobre a Revolução Burguesa no Brasil e é feita através de apontamentos que demonstram a essência do Estado e do capitalismo dependente brasileiro – enquanto uma realidade *permanente* nesta ordem – apresentando os diferentes meios pelos quais a autocracia burguesa é capaz de se reciclar e perpetuar seu domínio.

O contexto que fez eclodir o golpe de 1964 não se configurava enquanto “uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas”, mas “a situação existente era *potencialmente pré-revolucionária*, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 374-375). O movimento

de massas que teve como uma de suas expressões a luta pelas reformas de base estava longe de,

[...] representar um “perigo imediato”, pelo menos em si e por si mesmos. Todavia, eles encontravam uma ressonância intimidadora e continham uma força de irradiação inesperada. Por isso, acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: “contaminaram” estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc. Além disso, infiltraram influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares, despertadas mas refreadas pela “demagogia populista”, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, “pressão dentro da ordem” e convulsão social. (FERNANDES, 2005, p. 377).

O golpe civil-militar evidenciou a necessidade das classes dominantes de “despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa” para assim neutralizar “as pressões especificamente democráticas e nacionalistas dos setores burgueses mais ou menos radicais” e reprimir “as pressões de igualdade econômica, social e política ou de integração nacional e de mobilização de classe das massas populares”. Completando o ciclo da Revolução Burguesa “sob e dentro do capitalismo dependente”, agravando “o desenvolvimento desigual interno” e intensificando “a dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 371).

O *modus operandi* do capitalismo difícil da periferia age como um alçapão. Qualquer ousadia advinda das demais classes significa uma ameaça ao movimento burguês, que se fecha em si mesmo e encurta seu espaço histórico, evidenciando que a transformação da sociedade de classes é incompatível com a acumulação em espiral de privilégios.

Tornou-se imperante para o *domínio oligárquico* de nossa *burguesia nativa pró-imperialista* impedir que as aspirações nacionais e democráticas dos setores populares (proletários, camponeses, comerciantes, autônomos, além da pequena e média burguesia) interferissem “negativamente” na eclosão do capitalismo monopolista; mantendo o máximo de ditadura possível para “segurar” a revolução nacional e democrática, garantindo ritmos lentos, graduais e seguros de *transição política*. Revela-se assim, uma incapacidade crônica que não é intrínseca à burguesia,

[...] mas que nasce *das relações da burguesia com a forma dependente do desenvolvimento capitalista*, com a prepotência e a insensibilidade do imperialismo diante dos sócios menores da periferia e com as forças sociais secretadas pelo modo de produção capitalista e pela organização social, cultural e política correspondente, *quaisquer que sejam as circunstâncias históricas envolvidas* (FERNANDES, 1986, p. 10, grifos meus).

Tal incapacidade torna imperante sufocar os dinamismos espontâneos (por vezes mais ou menos organizados, institucionalmente) de mudança social revolucionária, garantindo uma modernização comandada por elites aliadas ao imperialismo, dissociando a mudança social da revolução. A principal preocupação consiste em “esterilizar o caráter antielitista, anti-imperialista e anticapitalista das tendências políticas revolucionárias da mudança social” (FERNANDES, 1986, p. 14), buscando canalizá-las para o leito dos interesses das classes privilegiadas e seus aliados. No seu discurso ludibriante as forças da contra-revolução “tomam as aparências, o vocabulário e as posturas das forças da revolução, na ânsia de desloca-las do endosso popular” (FERNANDES, 1986, p. 15), enquanto efetivamente, através do Estado e das instituições-chaves da Nação, realizam uma política de aceleração

da acumulação capitalista, aprofundando a fusão econômica aos sistemas de poder e às organizações ideológicas dos países centrais.

Para Netto (2014, p.74) o imperialismo (principalmente estadunidense) foi um grande apoiador do golpe de 64, pois os EUA “estavam fomentando movimentos como o que levou ao 1º de abril em todas as latitudes, no processo da *contrarrevolução preventiva em escala mundial*”. Porém, é importante ressaltar que o golpe não partiu somente de Washington, ele foi gestado a partir da dinâmica interna da luta de classes no Brasil, tendo como responsáveis diretos as camadas burguesas vinculadas “ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos [...] da pequena burguesia urbana para o seu campo”. Apesar de a tutela militar ser um traço peculiar do regime é um equívoco caracterizá-lo somente como um regime militar, pois é indiscutível que “a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital”, por isso “deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como a *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octávio Ianni)” (NETTO, 2014, p. 74).

O golpe de 1º de abril também precisa ser sempre localizado no contexto da ascensão do imperialismo hegemônico global e na conjuntura política da *guerra fria*, quando o império estadunidense - numa conjuntura de mudanças profundas na divisão internacional do trabalho e nas relações econômicas entre os *centros* capitalistas e suas *periferias* - patrocinou a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*. Essa cruzada contrarrevolucionária tinha – para Netto (2014, p. 75) – três objetivos interligados:

1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital ; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas.

Na análise de Netto (2014) os anseios de superação da dependência e ampliação da democracia exacerbados no governo Jango não significaram que o país vivia propriamente um período revolucionário. A ordem capitalista não estava *imediatamente* ameaçada, mas o modelo autocrático dependente do desenvolvimento capitalista brasileiro de alguma maneira começava a ser colocado em xeque. Tal ameaça foi percebida pelas classes dominantes que vinham consolidando seu caráter pró-imperialista e estavam em sintonia com a contrarrevolução preventiva em escala mundial. Portanto, o golpe significou principalmente *a liquidação de qualquer possibilidade de reverter a dependência, significou a plena vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e o coroamento da impossibilidade de democratizar substantivamente a sociedade brasileira.*

O Brasil foi o precursor dos golpes civis-militares que se sucederam em praticamente todos os países da América Latina. Arruda Sampaio Jr. (2012, p. 676-677) sintetiza o período das ditaduras latino-americanas nos seguintes termos:

Iniciado no Brasil em 1964 e encerrado no Chile em 1973, o ciclo latino-americano de golpes militares que instauram *ditaduras do grande capital* determina *o desfecho do processo de revolução burguesa no*

continente como uma *contrarrevolução permanente*. O regime do capital *consolida-se* na América Latina como um *capitalismo dependente*. Apoiadas pelo império norte-americano, os setores pragmáticos interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, *cristalizando definitivamente a dupla articulação* - dependência externa e segregação social - como alicerce fundamental da acumulação de capital na região. A contrarrevolução jogou por terra os sonhos desenvolvimentistas. O regime burguês sedimentou-se como *uma sociedade mercantil particularmente antissocial, antinacional e antidemocrática*. A *superexploração do trabalho* tornou-se parâmetro estratégico do padrão de acumulação. A intolerância em relação à utilização do conflito como meio legítimo de conquistas coletivas converteu-se na quintessência do padrão de dominação. Pobreza e miséria se transformaram definitivamente na galinha de ovos de ouro da burguesia latino-americana. Acabava a ilusão de um capitalismo civilizado. O brutal desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho tornou-se premissa fundamental do capitalismo no continente (grifos meus).

Indicando as possibilidades de um distensionamento da contrarrevolução preventiva, Fernandes (2005, p. 416) afirma que a autocracia burguesa pode levar a uma “democracia restrita típica, que se poderia designar como uma *democracia de cooptação*”. A cooptação “se dá entre grupos e facções de grupos, entre estratos facções de estratos, entre classes e facções de classes” e sempre implica na “*corrupção intrínseca e inevitável do sistema do poder resultante*” (FERNANDES, 2005, p. 416). O que permite “estender as fronteiras da “consciência burguesa” e da condição burguesa dentro das classes operárias e das classes destituídas” (FERNANDES, 2005, p. 422). Porém, “numa sociedade de classes em convulsão é impossível impedir que as migrações humanas, o desenraizamento social e cultural, a miséria e a desorganização social”

sejam focos de “inquietação e de frustração sociais em larga escala”, e eclode desse processo “tanto o movimento de protesto dentro da ordem “corrompido pelo sistema” quanto o protesto contra a ordem “verdadeiramente revolucionário”, ambos *típicos de uma sociedade de classes moderna*” (FERNANDES, 2005, p. 422-423).

As classes dominantes brasileiras, mesmo que possam impulsionar um distensionamento do regime ditatorial, não podem – sem se destruir - abrir mão:

[...] das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente “abrissem” a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia. (FERNANDES, 2005, p. 422).

Na realidade, a democracia de cooptação possui “pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder” deixa para as classes dominantes “um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades” (FERNANDES, 2005, p. 424). A cooptação acaba concorrendo para “exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático”, e o mesmo é compelido “a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada” (FERNANDES, 2005, p. 424). Essas tendências apontadas já nos trazem um eixo para analisar o que foi a

transição “lenta, gradual e segura” após o regime ditatorial, enquanto um processo de distensionamento que mesclou a *reciclagem da autocracia* com a *democracia de cooptação*²⁷, ou seja, a constituição de uma *democracia burguesa restrita típica*.

Apresentando de maneira geral o processo que desencadeou e consolidou a revolução burguesa no Brasil, podemos afirmar com Fernandes (1986) que da colônia para a Independência houve um movimento em que os estamentos senhoriais passaram a controlar o poder central, através do Estado “nacional”, realizando uma revolução social e política dentro da ordem, mantendo as estruturas da produção escravista e restabelecendo os vínculos coloniais através do mercado mundial. Em seguida, houve outra grande ruptura: a desagregação do escravismo, que alijou e reabsorveu os escravos pelo regime de “trabalho livre”, lançando os ‘homens pobres livres’ no mercado como vendedores da força de trabalho e assalariados, enquanto os setores burgueses e/ou pequeno-burgueses se limitaram a promover a substituição da monarquia pela república. Mais tarde (década de 1930) com a Aliança Liberal e a crise das oligarquias vinculadas ao colonialismo e a economia de exportação formou-se uma situação potencialmente revolucionária, que foi desfeita pelo golpe que deu origem ao Estado Novo, forjando as condições econômicas, sociais e políticas de “composição das classes sociais proprietárias e dominantes, assentando as bases históricas da economia brasileira ao sistema de produção e de poder mundial do capitalismo” (FERNANDES, 1986, p. 75). Esse processo se desenrola com oscilações, até atingir seus dois

²⁷ Embora afirme que a democracia de cooptação possui *pouca flexibilidade* para uma classe dominante com muito pouco a ceder, **em nenhum momento** Florestan Fernandes a descarta como possibilidade.

picos nas décadas de 1950 e 1970, sendo o golpe de 1964 o restaurador que confere plenas condições para a consolidação da revolução burguesa sob uma ordem autocrática, redefinindo uma “tradição política” despótica que veda a ordem existente para os interesses das massas exploradas e oprimidas²⁸.

2.2 – Transição “lenta, gradual e segura” pós-ditadura de classe aberta.

Fernandes (2005) já apresentava alguns apontamentos que antecipam o que futuramente ocorreu na transição pós-ditadura, no sentido de que já havia alguns tímidos esforços de uma distensão política que traria um avanço democrático que “apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa” no sentido de “criar os vínculos orgânicos que deverão *entrelaçar* os mecanismos da **democracia de cooptação** com a organização e o funcionamento do **Estado autocrático**” (FERNANDES, 2005, p. 421, grifos meus). Concluindo que há uma “abertura” em curso que “não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa”, ampliando e consolidando “a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada e esterilizável”, definindo “constitucional e legalmente ao Estado autocrático” o “alcance do *poder legítimo excedente*” (FERNANDES, 2005, p. 421).

²⁸ Para Fernandes (1986, p. 76) somente dos oprimidos é possível esperar uma possível ruptura com “essa tradição de pseudo-reforma e de pseudo-revolução”. Somente aos “de baixo” caberia cortar o “nó górdio” de uma história que “enlaça a burguesia, em escala quase coletiva, ao conformismo pró-imperialista e à reprodução do “antigo regime” sob novas bases e novas formas”.

Não apenas no Brasil, mas em toda América Latina – segundo Fernandes (1986) - a ‘crise das ditaduras’ é reveladora por demonstrar que no continente não apenas as revoluções (ou possíveis revoluções) são interrompidas, mas também as contra-revoluções²⁹. As classes dominantes não são capazes de efetivar as revoluções que seriam inerentes à *transformação capitalista*. Ameaçadas (ou supondo-se ameaçadas), elas recorrem ao seu braço armado, implantam uma ditadura civil-militar e fazem a vitória pender para a contra-revolução. Em seguida,

[...] descobrem que os mesmos problemas e dilemas sociais que criavam desassossego e inquietação social, colocando as “revoluções burguesas” na ordem do dia, são arraigados e fortes demais para serem resolvidos *dentro da ordem*, sem aquelas revoluções; temerosas das consequências e do agravamento das tensões, que as dividem entre si e jogam as facções e estratos das classes possuidoras em campos opostos (pelo menos politicamente), elas dão marcha à ré, recolhem os militares ao quartel e *interrompem a contra-revolução*. É claro que as pressões das massas e das classes trabalhadoras estão na base do malogro e do recuo. Mas é essencial que se note o que ocorre na autofragmentação das “forças da ordem”. Impotentes para realizar suas tarefas maiores, de interesse geral e nacional, elas também são impotentes para impor a Nação, contra a vontade e sob a resistência crescentemente organizada da maioria, seus particularismos de classe e seus interesses egoísticos. (FERNANDES, 1986, p. 9).

A respeito dos elementos de continuidade da autocracia no período de transição da ditadura civil-militar para a democracia restrita, Fernandes (1981, p. 31-32) fala da existência no Brasil de uma

²⁹ Esse fardo histórico nos demonstra que há “um enlace dialético entre passado, presente e futuro; o futuro está embutido em nosso presente tanto como contra-revolução quanto como revolução” (FERNANDES, 1986, p. 32).

“fascistização localizada de certas áreas do aparelho do Estado”, o que repeliria qualquer “transição democrática”, mantendo viva a contrarrevolução “por todo e qualquer meio possível”, de maneira que: “Esse fascismo oculto e mascarado (...) é capaz de passar do Estado de exceção para a ‘normalidade constitucional’ sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução”. Podemos afirmar que “Se não tivemos a ditadura mais sangrenta e aguerrida, coube-nos a que ficou mais enquistada nos organismos do Estado e no aparelho do governo” (FERNANDES, 1986, P. 22).

O afastamento dos militares do governo e a instituição de um presidente civil sem dúvida significou uma derrota para a ditadura³⁰, mas tratou-se de uma derrota que se caracterizou pela sua autopreservação. Com o movimento das diretas as forças conservadoras descobriram “que a inquietação social campeava mais solta e mais forte que em 1964. Avançaram no sentido de uma composição pelo alto, respeitando o seu braço armado” (FERNANDES, 1986, p. 22). É esse movimento que demonstra que tanto a instauração de um golpe contrarrevolucionário quanto o seu futuro distensionamento gradual são respostas que as classes dominantes dão diante da insatisfação popular: “Tanto os políticos profissionais quanto os interesses do grande capital nacional e estrangeiro temem mudanças rápidas, que, pelo seu próprio

³⁰ Fernandes (1994, p. 121) não despreza a importância que a luta dos explorados e oprimidos teve na derrota da ditadura, para ele a “desagregação do sistema ditatorial não se deu de “cima” para “baixo”, ela se deu de “baixo” para “cima” através das lutas de classes dos trabalhadores e também de várias camadas da população, principalmente dos setores mais pobres e mais oprimidos”. Dessa maneira “As fendas da ditadura vieram de baixo e muitas das contradições que a burguesia enfrenta hoje resultam da insatisfação acumulada ao longo de vinte e um anos de desmandos, desbaratamento dos recursos públicos e de incompetência” (FERNANDES, 1994, p. 121).

dinamismo, podem escapar ao seu controle direto”. E as massas populares, apesar de conquistarem algumas vitórias, acabam sendo levadas a reboque por essas forças da ordem, pois “[...] apesar da miséria, da inquietação social e do desemprego”, elas “ainda não encontraram os meios de luta política organizada mais eficientes para os seus propósitos”, e acabam ficando “à mercê de envolvimento que fortalecem os seus adversários e mantém o *status quo ante* com pequenas modificações” (FERNANDES, 1986, p. 23).

A ‘transição lenta, gradual e segura’ demonstra a maneira como o bloco dominante busca reciclar seu domínio político e precisa ampliar seu empenho na utilização dos mecanismos da *democracia de cooptação* para acalmar os ânimos das massas insatisfeitas. Seria um completo equívoco imaginar que Florestan Fernandes descartou a democracia de cooptação como uma possibilidade efetiva e viável para o bloco de poder dominante (até porque ele a analisou empiricamente), embora ela esteja sempre combinada com a repressão e com a manutenção da autocracia burguesa. Também seria equivocadamente acreditar que somente nos governos atuais nós temos essas táticas e estratégias de cooptação sendo efetivadas, pode-se dizer que na atual conjuntura há um nível de cooptação significativo e com determinadas características próprias, mas podemos verificar essas mesmas tendências já com profundidade na Era Vargas e no próprio processo – agora analisado - que encerrou a ditadura de classe aberta.

O governo que sucede à ditadura nasce marcado por sua ineficiência e impotência. Ele procura avançar na direção do “mudancismo”, mas as mudanças que ele apregoa envelheceram e se esvaziaram depois de mais de 20 anos de calamidade ditatorial. Ele busca aliançar

“populistas”, mas é manietado por seu conteúdo ambíguo e por suas impulsões conservadoras. Ele quer mobilizar o apoio popular, mas o faz desmobilizando a prática democrática dos vários movimentos populares (dos proletários, dos estudantes, das mulheres, dos professores, dos favelados, dos índios, dos negros, etc.). Portanto, confunde cooptação com democracia. Ele quer agradar o grande capital, mas não pode fazê-lo sem destroçar as empresas estatais e semi-estatais, transferi-las para o controle privado (nacional ou estrangeiro) e *escolher o seu caminho*: qual é o seu Deus Mamon? Submete-se pela metade ou por inteiro à batuta do FMI e dos banqueiros internacionais? Enfrenta as decisões, as amarguras e a voracidade dos grandes capitalistas brasileiros ou baila com eles? A realidade caótica atingiu o clímax e já não pode ser exorcizada pelas palavras fortes e por seu eco. A teórica se converteu em um alcapão do pacto conservador e a ressonância do conceito de nova república se extingue no mesmo ato da difusão propagandística. Ela não é política, ela não é séria, ela é o oco de uma ideologia importada e inflada como o sapo da lenda, a pique de estourar (FERNANDES, 1986, p. 20-21).

O que está em jogo aí é a capacidade das classes possuidoras, sob a forma dependente do capitalismo monopolista, de manter, reproduzir e ampliar sua hegemonia ideológica e política sobre as classes subalternas, em geral, e as classes trabalhadoras, em particular, através de uma ‘conciliação conservadora’ que *precisa* banir a reforma da esfera das realizações concretas da burguesia. Poder-se-ia perguntar: porque as classes burguesas brasileiras excluem de sua *órbita de atividade histórica* a reforma agrária, se ela é uma premissa histórica do desenvolvimento capitalista? Fernandes (1986, p. 66-67) responde afirmando que não existe nenhum setor da burguesia forte o suficiente para comandar os demais e se tornar um árbitro da situação, essa impotência das partes engendra uma impotência coletiva. De fato existe

uma burguesia industrial e financeira bastante forte, mas se trata de uma burguesia comercial e financeira *compósita*, com *uma costela nacional e outra internacional*: “Não existe unidade na cabeça da burguesia industrial e financeira porque não existe unidade em seu corpo e em seus processos vitais”. O estrato da classe dominante que ‘simula a hegemonia’, luta pelo controle da mudança, e em termos econômicos quer a mudança sob controle, modernização gerenciada e comercializada a partir de cima, e acaba “se submetendo à modernização calibrada e dirigida a partir de fora”. Os diferentes setores desta burguesia compósita apenas se unificam quando entra em jogo a ‘intocabilidade da propriedade privada’ ou ‘o caráter sacrossanto da livre iniciativa’, num sentido mais concreto, aquilo que de fato ameaça a estabilidade do seu poder. É por isso que:

Os estratos dominantes e as elites das classes burguesas não tem como tornar operacional a reforma radical e revolucionária que, em outras condições históricas, o desenvolvimento capitalista sustentado e avançado exigiu e levou para frente. [...] a reforma radical e revolucionária surge como “disfuncional” para a forma de desenvolvimento de um país associado e periférico, qualquer que seja seu modelo (capitalismo competitivo ou capitalismo monopolista, pois em ambos a dependência se reproduz e, com ela, os “constrangimentos” do segmento internacional e imperialista do bloco histórico hegemônico) (FERNANDES, 1986, p. 67-68).

Nesse contexto a conciliação ‘bane’ a reforma e no seu lugar ocorre uma modernização controlada a partir de fora e a partir de cima. A grande burguesia nativa opera como correia de transmissão do “desenvolvimento” (técnico, científico, político, etc.) dirigido *a partir de fora*, sendo instrumental para tais mudanças *apenas aquilo que não perturba a ordem*, que extrai do desenvolvimento capitalista *o máximo*

de vantagens para o capital privado nacional e estrangeiro. Pode parecer ambíguo, mas é assim que a conciliação se correlaciona com o desenvolvimento capitalista de tal modo que incentiva as classes dirigentes a “bloquear as reformas e as revoluções típicas do capitalismo para assegurar ao desenvolvimento capitalista e à acumulação capitalista o máximo possível de aceleração crescente” (FERNANDES, 1986, p. 68).

A transição pós-ditadura demonstrou “o avanço do movimento burguês na direção de uma autopreservação”, que foi possível “por causa da convergência dos vários grupos (o sistema militar com sua vanguarda político-militar -, os setores conservadores do PMDB, o PDS, os chamados liberais que romperam com o PDS)”, e estes conformaram a “base política para uma transição conservadora” (FERNANDES, 1994, p. 121). No entanto, “esta base não encontrou o equacionamento político das soluções que a Nação” estava “exigindo”, demonstrando dificuldades que inquietaram a burguesia: “Ela, perdendo o regime ditatorial, perdeu a capacidade de dispor do arbítrio” e se viu “obrigada a absorver os golpes” que vinham “de várias direções, inclusive de setores de classe média e da pequena burguesia que foram duramente castigados pela política econômica, desemprego, etc.” (FERNANDES, 1994, p. 121-122).

Após o afastamento dos militares do governo foi possível observar a impotência da burguesia brasileira para lidar com os problemas do País. Essa burguesia “se alia ao grande capital estrangeiro e fica sem meios materiais para resolver as grandes questões nacionais”, todo o “excedente econômico é drenado para o exterior, não só na forma de juros da dívida, mas também através de outros mecanismos”

(FERNANDES, 1994, p. 127). Esse modelo de transição que “foi construído sob o regime de Geisel e Figueiredo”, consiste na “transição lenta, gradual e segura para o grande capital, para os interesses conservadores, para a intransigente defesa da ordem estabelecida” (FERNANDES, 1994, p. 127). O centro do poder está no que Florestan Fernandes chama de “dispositivo” (militar), e o presidente Sarney cumpriu o papel de “servir de fachada para o regime” (FERNANDES, 1994, p. 127).

A respeito da formação da Assembleia Nacional Constituinte que resultou na aprovação da atual ‘Constituição Cidadã’ de 1988, Fernandes (1994, p. 127-128) ressalta que a “pressão popular do movimento das diretas-já e das greves operárias alterou a qualidade do processo político brasileiro, mostrando que a oposição é forte e poderia chegar à insurreição”, o que foi percebido pelos conservadores que buscaram uma maneira de manipular e conduzir o movimento popular para reestabelecer o ‘equilíbrio’. Verificou-se a continuidade de uma tradição brasileira de manipulação “que, nesses momentos, sempre conjuga conciliação e reforma”, mas a reforma nunca é adotada, “é sempre conciliação conservadora” (FERNANDES, 1994, p. 128). Os donos do poder fazem algumas tímidas concessões “e, assim, respiram e seguram as rédeas do poder” (FERNANDES, 1994, p. 128). Temos, portanto, uma realidade em que a pressão popular impõe e arranca mudanças que atenuam o nível da hostilidade na autocracia burguesa, mas esta se recompõe cedendo apenas em questões que não ameaçam a continuidade da reprodução do seu poder. Considerar este fato não significa descartar a importância das conquistas logradas pelo movimento popular, mas encarar com realismo os limites desta ordem.

Expondo conclusões extraídas da sua própria experiência como Deputado Constituinte, Fernandes (1994, p. 157) explica que mesmo que “a esquerda esteja presente e obtenha algumas conquistas visíveis na Constituição, estas conquistas perdem o caráter proletário-socialista”, e nem sequer “ganham o sentido de reformas estruturais burguesas, propriamente ditas, pois resultam sempre de acordo, da conciliação”. Interessa-nos aqui entender – para além do âmbito formal e institucional - a essência da realidade socioeconômica que segue perdurando após a abertura democrática, buscando uma correta consideração da relação entre *dinâmica* e *estrutura* na sociedade capitalista dependente da periferia. A Constituição de 1988:

É nitidamente uma Constituição melhor, com uma ampliação da temática, com uma redefinição das liberdades fundamentais, dos direitos sociais, mas tudo isso são conquistas no terreno abstrato. Veja que os trabalhadores, os aposentados, precisam recorrer à Justiça para descobrir se certas disposições constitucionais são aplicáveis ou não e para conseguir impô-las, nem sempre com êxito! (FERNANDES, 1994, p. 158).

Com essas indicações cabe-nos pensar qual é a atualidade de todos os elementos aqui considerados a respeito da consolidação do capitalismo dependente no Brasil. É importante ressaltar novamente que muitos desses elementos são apresentados por Florestan Fernandes como *insuperáveis* enquanto persistir a ordem capitalista, considerando o capitalismo dependente *o único capitalismo possível* em nosso País. A importância da constante atualização de nossas análises sobre a realidade brasileira deve ser sempre reafirmada, e aí cabe fazer a devida distinção entre aquilo que é conjuntural e o que é estrutural nesse contexto. Tentando superar visões meramente fenomênicas, idealistas ou ‘impressionistas’ sobre a realidade atual do capitalismo brasileiro,

coloca-se a necessidade de buscar análises empíricas que desvendem qual a atualidade das contribuições aqui levantadas a respeito das particularidades do capitalismo consolidado no Brasil.

3 – APONTAMENTOS SOBRE A ATUALIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE NA REALIDADE BRASILEIRA

Pretendemos nesse capítulo trazer alguns apontamentos que nos permitam considerar com mais concretude qual a atualidade de todos os elementos até aqui levantados a respeito do capitalismo dependente no Brasil. Quais tendências se aprofundaram no modo de domínio de nossa burguesia nativa, qual o quadro social e político decorrente e também determinante dessas relações econômicas. Tais apontamentos são para nós apenas um ponto de partida, podendo ser base para o desenvolvimento de um futuro trabalho com mais folego, capaz de trazer um conjunto maior de dados e análises atuais da conjuntura nacional, e estabelecer maior diálogo com outros autores a respeito de temas ainda polêmicos como a atualidade do capitalismo dependente; as análises e categorizações das práticas políticas e das *ideologias* dominantes, etc. almejamos colocar a problematização dessas questões como projeto para uma futura tese de doutorado.

Uma característica geral da consolidação do capitalismo brasileiro na sua conexão entre dominação burguesa e transformação capitalista é a hegemonia urbana decorrente da emergência da industrialização. Essa hegemonia expressa seu impacto histórico na “concentração de massas humanas, de riquezas e de tecnologias modernas em um número reduzido de metrópoles-chave” (FERNANDES, 2005, p. 346-347). Se considerarmos os tempos atuais temos, de acordo com o senso do IBGE (2010), um constante aumento

da população urbana e diminuição da população rural. Se em 1970 a população urbana representava 55,98% e a população rural 44,02%, em 2010 a população urbana já representava 84,36% e a população rural 15,64%. Essa constante urbanização muda “por completo as relações das cidades com a economia agrária e com o respectivo complexo urbano-comercial”, porém não promove “a desagregação propriamente dita do caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente” (FERNANDES, 2005, p. 346).

Em sua dissertação de mestrado Artur Monte Cardoso (2014) nos traz importantes análises e dados econômicos para compreender as especificidades do tipo de domínio burguês existente no Brasil principalmente a partir dos anos 2000. Para o economista as mudanças recentes no plano internacional e nacional resultam para a burguesia brasileira em “um processo de perda progressiva do controle sobre os fins e os meios que permitem subordinar a acumulação do capital à vontade coletiva de uma sociedade nacional” (CARDOSO, 2014, p. 44). Trata-se de um aprofundamento da dependência econômica, de um desenvolvimento cada vez mais atrelado aos ditames do imperialismo estrangeiro.

Os ajustes promovidos nos anos 1980 e 1990, somados à reduzida capacidade do Estado resistir às tendências disruptivas do capitalismo transnacionalizado e à *opção estratégica da burguesia brasileira por uma inserção subalterna na nova ordem*, promoveram um acelerado processo de mudança nos parâmetros do capitalismo dependente, uma nova (e muito mais especializada) inserção na divisão internacional do trabalho, uma *aceleração da desindustrialização* além de uma gigantesca crise social que desintegra os laços de unidade nacional (CARDOSO, 2014, P. 44, grifos meus).

Um elemento marcante e determinante na constatação do aprofundamento da dependência é o *padrão tecnológico* (já tratado no capítulo anterior) que segue “ferrenhamente controlado pelas empresas transnacionais” (CARDOSO, 2014, p. 46). O que resta no capitalismo dependente é “uma combinação entre pagar o preço pela modernização produtiva e se especializar em ramos em que possuem vantagens comparativas estáticas” (CARDOSO, 2014, p. 46), essas se relacionam geralmente com a brutal exploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Dessa maneira a burguesia nativa adentra na guerra comercial global e o mercado interno segue vulnerável à concorrência externa, operando sempre em desvantagem diante do poder das grandes corporações transnacionais. O que resulta dessa equação é “a ênfase na reprimarização contra a industrialização e a ênfase no mercado externo contra o mercado interno” (CARDOSO, 2014, p. 47). O que vemos é a continuidade do padrão de desenvolvimento conservador e dependente considerado por Florestan Fernandes como *inelutável* nos limites do capitalismo brasileiro.

De acordo com Cardoso (2014, p. 47), nos anos 1990 essas tendências regressivas se consolidam em um novo patamar: a transnacionalização do capital torna-se um padrão único da economia global, numa ordem que se polariza principalmente pelo poder da potência estadunidense. Nesse período são marcantes a abertura comercial e financeira e a busca pela institucionalização da estabilização monetária como objetivo da política econômica. A partir de então a economia brasileira passa a se organizar principalmente em função da maior abertura de negócios para o capital nativo e estrangeiro e da

necessidade de novos modelos de modernização dos padrões de consumo.

A conhecida onda de privatizações ocorrida nos anos 1990 teve papel protagonista do Estado nacional na sua efetivação. Coube ao Estado - cedendo a pressão do grande capital internacional - “implementar modificações de caráter antinacional em diversos parâmetros econômicos e estabelecer uma política econômica que no fim sancionasse as tendências externas” (CARDOSO, 2014, p. 47-48). Esse aceleração da política privatizante praticamente significou um “golpe de morte” no sistema econômico nacional: “abalado pela separação entre mercado interno, crescentemente atendido por importações, e produção interna, pautada pela desindustrialização e pela especialização regressiva” (CARDOSO, 2014, p. 48), o que resultou no agravamento da crise social e do desemprego.

Mais uma vez reafirmam-se tendências até aqui por nós analisadas: o fracasso da modernização do chamado terceiro mundo como um defeito estrutural do próprio sistema; a tendência cada vez maior de monopolização do grande capital³¹ vinculado com o domínio das potências imperialistas; a impossibilidade de a burguesia nativa brasileira construir um projeto nacional autônomo, devido a sua

³¹ Dados interessantes sobre o processo de fusão das grandes corporações transnacionais foram apresentados em um estudo noticiado pela *Da New Scientist* (22/10/2011) com o título “Matemáticos revelam rede capitalista que domina o mundo”. O estudo revelou “um núcleo central de 1.318 grandes empresas com laços com duas ou mais outras empresas - na média, cada uma delas tem 20 conexões com outras empresas. Mais do que isso, embora este núcleo central de poder econômico concentre apenas 20% das receitas globais de venda, as 1.318 empresas em conjunto detêm a maioria das ações das principais empresas do mundo - as chamadas *blue chips* nos mercados de ações. Em outras palavras, elas detêm um controle sobre a economia real que atinge 60% de todas as vendas realizadas no mundo todo.” (CARTA MAIOR. *Matemáticos revelam rede capitalista que domina o mundo*. Em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Matematicos-revelam-rede-capitalista-que-domina-o-mundo/7/17736>>. Acesso em: 14 janeiro 2015.).

condição de ‘sócia menor’ das grandes corporações internacionais. As novidades conjunturais não eliminam a dupla articulação (dependência externa – segregação interna) que se eterniza como *essência estrutural* da ordem capitalista dependente.

A partir dos anos 2000 o que temos no plano mais econômico é:

Uma necessidade crescente de exportações que encontra oportunidades em novo ciclo de demanda por *commodities*; a petrificação do ajuste fiscal que garante a rolagem da dívida pública, as oscilações cambiais advindas da especulação do capital financeiro internacional, responsável por desvalorizações e valorizações da moeda, e a corrosão dos centros internos de decisão, já desprovidos de base material, instrumentos e lastro social para dirigir qualquer processo de defesa de interesses nacionais (CARDOSO, 2014, p. 48-49).

De fato abriu-se no início deste século certa margem de manobra garantida por condições exteriores bastante favoráveis ao alívio das contas externas, trazendo um ciclo econômico que impulsionou as exportações brasileiras, principalmente de *commodities*, favorecendo também o endividamento externo com uma enxurrada de investimentos externos (CARDOSO, 2014, p. 53). Isso trouxe certa *flexibilização quantitativa* da política econômica, dando ao governo federal alguma margem para implementar políticas sociais e investimentos. No entanto, essas mudanças conjunturais estão longe de “alterar os padrões de inserção externa e as relações de produção que caracterizam a economia brasileira desde a década de 1990, este período na verdade aprofundou um *desenvolvimentismo às avessas*” (CARDOSO, 2014, p. 52).

A divisão do trabalho internacional sofreu significativas alterações no período atual, comandadas principalmente pelas relações entre EUA e China, o que promoveu uma dinamização dos mercados

financeiros internacionais e dos mercados de gêneros primários, minerais, agropecuários ou *commodities* industriais (CARDOSO, 2014, p. 52). A integração do Brasil nesse circuito favoreceu essa margem de manobra, em decorrência de sua ampla oferta de recursos naturais que respondem à demanda externa (valorizando a exportação de produtos primários em patamares nunca antes vistos); e dos investimentos, geralmente especulativos, que adentram ao País buscando diferenciais de juros permitidos pela dívida pública (CARDOSO, 2014, p. 53).

De um ponto de vista macroeconômico, foi esse impulso inicial e a condição externa permitida por ele, em relação ao financiamento da economia, que possibilitou o ciclo de crescimento dos anos 2000. A margem de manobra permitiu a flexibilização quantitativa da política econômica, conciliando a manutenção do mesmo tripé macroeconômico com a execução de políticas sociais e investimentos (CARDOSO, 2014, p. 53). O resultado foi: “um período marcado pela aceleração do crescimento, menor desemprego e leve melhoria na distribuição de renda funcional e pessoal, redução da pobreza extrema e redução da vulnerabilidade externa *conjuntural*” (CARDOSO, 2014, p. 53).

A experiência dessa nova margem de manobra fez o governo brasileiro inclusive impulsionar mudanças na estrutura do capital brasileiro através do BNDES, capitalizando alguns grupos, estimulando a fusão e a internacionalização (CARDOSO, 2014, p. 53). Esse movimento é decorrente da pressão de empresas como a JBS, Fibria, Gerdau, Camargo Correa, Vale e Odebrecht, consistindo na contrapartida do Estado ao papel por elas desempenhado nas exportações garantindo certa folga nas contas externas (CARDOSO, 2014, p. 53-54). Estes grupos se incorporam no núcleo das relações

políticas e econômicas do Estado, como decorrência do reposicionamento do País na divisão internacional do trabalho e da *crescente dependência estrutural por commodities*.

Na realidade, nesse período de flexibilização não houve mudança qualitativa no padrão econômico vigente, e não havia a intenção ou um projeto nesse sentido. Para Cardoso (2014, p. 54) as “possibilidades abertas foram aproveitadas na linha de menor resistência, isto é, tendo como opção a maior integração ao novo padrão de acumulação que tem se afirmado”. No que diz respeito às relações capital-trabalho temos a *retirada de direitos*, a *precarização*, e a postura meramente *defensiva* de boa parte das organizações do trabalho, somando-se a isso o retrocesso na questão agrária (CARDOSO, 2014, p. 54). Sobre as relações intercapitalistas atuais, Cardoso (2014, p. 54, grifos meus) enfatiza a mesma tendência até aqui por nós analisada: “intensificação dos processos de *concentração e centralização* do capital com *participação decisiva do Estado* na viabilização de diversos processos”. Em suma, enquanto a macroeconomia passa por um momento menos instável do ponto de vista *conjuntural*, temos o **agravamento** da vulnerabilidade externa *estrutural* (CARDOSO, 2014, p. 54).

Artur Monte Cardoso (2014) nos apresenta dados extraídos do anuário³² “Valor Grandes Grupos” (do jornal “Valor Econômico”) sobre 4 importantes setores da burguesia brasileira: Cosan, Vale, Gerdau e

³² “Este anuário mostra uma lista com os dados gerais de desempenho dos grupos, como receitas brutas, patrimônio líquido e lucro líquido, entre outros, e informações importantes para análise, como país de origem e o ramo de atividade dos grupos. Além disso, ele mostra um organograma de cada grupo, revelando quais empresas o grupo controla, o percentual do controle (em alguns casos os sócios mais importantes) e as pessoas, famílias ou empresas que detêm o controle do grupo” (CARDOSO, 2014, p. 65).

JBS. Esses dados tratam de grupos econômicos e conglomerados de empresas controladas integral ou parcialmente por um comando único.

O grupo selecionado possui liderança em setores importantes dentro da economia brasileira e nos quais o Brasil possui destaque no mundo. A Vale é um dos maiores grupos do Brasil, maior empresa brasileira no ramo de mineração mundial e uma das três maiores mineradoras do mundo; A JBS é a maior brasileira no segmento de carnes, segundo setor em exportações do agronegócio brasileiro, e é recém-chegada à condição de maior empresa do mundo no setor de proteínas; a Gerdau é a maior siderúrgica de controle brasileiro, maior empresa de aços longos do Brasil e das Américas, com grande presença internacional; e a Cosan que controla a maior empresa produtora de açúcar e etanol no mundo, em um ramo em que o Brasil está entre os líderes mundiais. (CARDOSO, 2014, p. 71).

Não vamos aqui expor todos os dados econômicos quantitativos a respeito do desempenho, das aquisições e das relações internacionais destes grupos (para isso vale a pena conferir a dissertação completa de Artur Monte Cardoso). Interessa-nos apresentar as conclusões do autor a respeito do caráter da burguesia brasileira, demonstrando os laços de dependência destas empresas com o grande capital internacional e sua debilidade diante deste quadro.

Fortemente vinculado ao mercado externo do açúcar, o grupo Cosan é dependente do controle de terras e do acesso à força de trabalho barata, também vincula-se com o setor do etanol (estruturalmente dependente do Estado) e seu crescimento se baseou em uma longa lista de aquisições, financiadas em grande medida pelo capital internacional (CARDOSO, 2014, p. 82). O processo especulativo realizado pelo grupo no setor sucroalcooleiro passou pela aquisição dos ativos de distribuição de combustível, que teve seu ápice na constituição da *joint-venture* Raízen com a Shell: “onde a estrangeira comanda as opções de compra

ou venda do controle do negócio” (CARDOSO, 2014, p. 82). Trata-se do principal grupo da burguesia sucroalcooleira brasileira, e seu comportamento revela o caráter de uma burguesia de negócios, amplamente “*vinculada ao mercado externo* na produção, mera *intermediária* no mercado interno, especuladora, *associada ao capital internacional* e detentora de vínculos com o Estado em concessões ou no financiamento do BNDES” (CARDOSO, 2014, p. 82, grifos meus).

A Vale *sai dos anos 2000 mais vinculada a mercados externos ao Brasil do que entrou*, e com uma base produtiva ainda mais internacionalizada (CARDOSO, 2014, p. 89). Seus logros na produção não significam necessariamente uma oportunidade para o Brasil, já que ela está desvinculada da demanda brasileira a partir da “estagnação relativa da siderurgia brasileira e mesmo com as estratégias de integração vertical das siderúrgicas operando no país” (CARDOSO, 2014, p. 89). Trata-se de uma empresa que opera em um padrão de *enclave* cujos rendimentos foram pulverizados, privatizados e internacionalizados, restando somente os impostos (CARDOSO, 2014, p. 90). Desde que foi privatizada a Vale representa um intenso processo de transferência de riqueza para negócios privados que adquiriu uma dimensão gigantesca com o ciclo das commodities movido pela China especialmente nos anos 2000 (CARDOSO, 2014, p. 90).

A Gerdau que atua no ramo siderúrgico já era bastante internacionalizada inclusive antes dos anos 2000. Sua estratégia histórica de crescimento dá-se pelas aquisições de concorrentes³³ com problemas financeiros e operacionais, “sendo que *nos anos 2000 esse*

³³ “Do ponto de vista do financiamento, a Gerdau é dependente do financiamento do capital internacional para viabilização de sua principal estratégia de crescimento: as aquisições de outras usinas.” (CARDOSO, 2014, p. 98).

processo foi fortemente financiado pelo capital internacional” (CARDOSO, 2014, p. 90, grifo meu). A empresa *não possui base financeira própria e nem diferencial de inovação*³⁴, acumulando através de posicionamentos estratégicos nos mercados nacionais, onde *se apoia nas suas boas relações com o Estado brasileiro* para investir em negócios de construção (infraestrutura e mercado imobiliário) e assim enfrentar a competitividade com os açoes importados (CARDOSO, 2014, p. 90-91).

Em linhas gerais as condições da JBS não são diferentes, trata-se de:

[...] um grupo que atua dentro do segmento de agronegócio e que cresceu especialmente através de aquisições, *fortemente financiado pelo Estado brasileiro*. É a partir do processo de internacionalização, iniciado em 2005 e acelerado em 2007, que se torna a empresa com projeção internacional. Sua estratégia consiste em adquirir e sanear empresas concorrentes com dificuldades financeiras e operacionais. No entanto, tanto a posição da empresa na cadeia produtiva quanto o custo do endividamento necessário para as aquisições implicam baixas margens e um pequeno raio de manobra da empresa. O decisivo é que, além de não ter a base financeira necessária para executar sua estratégia, a JBS atua em um segmento da cadeia de carnes que é comandado por outros segmentos. *Sua tecnologia é básica, suas margens são pequenas*, a eficiência exige escalas muito altas e ela *não controla os canais mais importantes da cadeia*, no varejo ou na incorporação de progresso técnico na criação dos animais. Desta forma, apesar de atuar como uma empresa transnacional, sua condição não a torna uma líder real do setor. O fortalecimento da JBS *fortalece o agronegócio no*

³⁴ “Desprovida de base financeira própria e de inovação, fará parte de um setor de concorrência agressiva, em que serão decisivos a escala de acumulação de capital e de poder político (envolvido no planejamento e garantia de mercado para a produção) muito acima das possibilidades do Brasil – ou da Gerdau.” (CARDOSO, 2014, p. 101).

Brasil, a dependência tecnológica e de mercados externos, o padrão de uso da terra baseado no latifúndio e o financiamento do Estado para gerar grandes negócios privados. (CARDOSO, 2014, p. 102, grifos meus).

Podemos então verificar algumas características gerais em comum nestes quatro importantes setores da burguesia brasileira: base produtiva simples; utilização intensa de recursos naturais, energia elétrica e mão de obra barata; baixa capacidade de incorporação de progresso técnico, dependência tecnológica e financeira em relação ao grande capital internacional; expansão por aquisição de operações já existentes e financiamento advindo principalmente do capital internacional e do Estado brasileiro.

Com base nesses elementos gerais, Artur Monte Cardoso (2014, p. 117, grifos meus) conclui que:

[...] tais setores e grupos empresariais são crescentemente polarizados por *condições externas ao Estado e à economia brasileira* e estão mais vinculados com as estratégias globais de grandes empresas ou países na disputa pelo controle tecnológico, de mercados e de recursos estratégicos, além da disputa pela capacidade de extrair os melhores e maiores ganhos na especulação e no rentismo mundial. É precisamente dentro deste contexto geral que operam, no fundo e muitas vezes na mais explícita realidade dos fatos, os grandes capitais aqui estudados: no aproveitamento de oportunidades possíveis abertas pelo grande capital estrangeiro no comércio internacional, na especulação com ativos financeiros e com o patrimônio estatal e dos próprios grupos, no caso extremo. É este *padrão de participação na totalidade do sistema* que permite enquadrar a burguesia estudada nesta pesquisa como aquilo que foi chamado anteriormente de “burguesia de negócios”. Ou seja, é este o caráter da *burguesia dependente brasileira* [...].

De acordo com a Pesquisa de Fusões e Aquisições da consultoria KPMG a desnacionalização da economia brasileira segue crescente: apenas no primeiro semestre de 2013, 127 empresas passaram para controle estrangeiro, isso corresponde às operações “*cross border 1*” (cb1), o que significa “empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no Brasil” (ALBUQUERQUE, Valdo. *No primeiro semestre, mais 127 empresas são desnacionalizadas*)³⁵. Em 2010 foram 175 empresas desnacionalizadas; em 2011, 208 empresas; e em 2012 foram 296 empresas desnacionalizadas:

Os principais setores onde empresas nacionais foram adquiridas por estrangeiras foram tecnologia da informação (14); empresas de internet (13); petróleo e gás (10); serviços para empresas (10); alimentos, bebidas e fumo (9); produtos de engenharia (7); eletroeletrônico (4); educação (3); entre outros. As empresas que adquiriram empresas brasileiras são de origem, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Suíça e Japão. Os números mostram que o “apetite” do capital estrangeiro continua alto. A desnacionalização da economia – e consequentemente, da desindustrialização - é uma das principais causas de a economia brasileira estar no chão. As filiais das multinacionais seguem a lógica do mínimo de investimento e máximo de remessa de lucros. Além disso, são importadoras de componentes, fazendo internamente apenas a montagem. Isso quando não importam o produto já acabado. (ALBUQUERQUE, Valdo. *No primeiro semestre, mais 127 empresas são desnacionalizadas*. Em:

<<http://www.horadopovo.com.br/2013/09Set/3188-20-09-2013/P2/pag2b.htm>>. Acesso em: 14 janeiro 2015).

³⁵ Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2013/09Set/3188-20-09-2013/P2/pag2b.htm>>. Acesso em: 14 janeiro 2015.

O que percebemos com base nas referências aqui levantadas é o que o *padrão estrutural* desvendado por Fernandes na sua obra segue se aprofundando na realidade socioeconômica brasileira. A burguesia nativa dependente e associada ao imperialismo segue perdurando seu domínio em um vínculo quase de fusão com o Estado brasileiro; a superexploração da força de trabalho é recorrente; a manutenção de estruturas arcaicas como o latifúndio (hoje modernizado) continua inelutável; e os vínculos de dependência tecnológica e financeira de nossa burguesia com o grande capital internacional se aprofundam cada vez mais.

Essa realidade demonstra no Brasil contemporâneo “o caráter volátil do crescimento que redundava em maior concentração de renda e aumento da pobreza, gerando um verdadeiro “*apartheid social*””, num contexto que favorece os interesses especulativos “em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da *questão social* e da regressão das políticas sociais públicas” (IAMAMOTO, 2007, p. 142). Os antagonismos desse tipo de desenvolvimento capitalista se expressam na:

[...] imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura esta que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. O alvo principal são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver: além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos de classe trabalhadora, jovens e crianças, em

especial negros e mestiços (IAMAMOTO, 2007, p. 144-1450).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada em 7/09/2013 pelo IBGE³⁶ um em cada quatro brasileiros entre 15 e 17 anos trabalha no País; o analfabetismo subiu em comparação a 2011: Passou de 8,6%, (12,9 milhões de pessoas) para 8,7% (13,2 milhões de pessoas), e no Nordeste chega a 16,9% da população. A taxa de desemprego foi de 6,1% em 2012, inferior aos 6,7% de 2011. O rendimento do trabalho feminino aumentou 5,1% no período, enquanto o dos homens subiu 6,3%. O *rendimento médio*³⁷ do trabalho das mulheres chegou a 1.238 reais em 2012, o que representa 72,9% do obtido pelos homens (1.698 reais). Em 2011, o rendimento das trabalhadoras representava 73,7% do valor recebido pelas pessoas do sexo masculino, sendo que as mulheres são a maioria (51,3%) da população brasileira.

A pesquisa PNAD de 2012³⁸ demonstrou uma estagnação na queda da taxa de desigualdade, devida ao fato de que o rendimento dos 1% mais ricos cresceu 10,8% enquanto a renda dos 10% mais pobres cresceu 6,6%, sinalizando uma concentração ainda maior de renda. A desigualdade social imperante até os dias de hoje se evidencia numa realidade em que, de acordo com Pochmann (2007)³⁹: “Os 10% mais ricos da população impõem, historicamente, a ditadura da concentração, pois chegam a responder por quase 75% de toda riqueza nacional”;

³⁶ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

³⁷ Ressaltando que essa ‘média’ não significa que exista uma generalização desta quantia de salário.

³⁸ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

³⁹ POCHMANN, M. *O país dos desiguais*. Le Monde Diplomatique, Brasil, out. 2007. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30>> acesso em 28 de dezembro de 2012.

enquanto “os 90% mais pobres ficam com apenas 25%”. Maria Orlanda Pinassi (2011)⁴⁰ ao abordar a política dos atuais governos brasileiros afirma que não é de se surpreender que “o lulismo, uma vez no poder, atenda democraticamente às necessidades do capital em sua *crise estrutural* e, democraticamente, desmonte cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora”, ao mesmo tempo em que implementa “políticas sociais – que compõem a chamada “hegemonia da pequena política”” com “caráter efêmero e assistencialista aos desempregados que ele ajuda a criar”, sendo então o “vetor político da vez a oferecer tanto os alicerces propícios à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução”.

A manutenção do latifúndio demonstra-se num processo de aumento da concentração de terras, inclusive improdutivas. Em 2011 “30 mil proprietários de terras” concentravam “318 milhões de hectares”, em 2003 “eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares” (SANTOS, Igor Felipe. *Terras estão mais concentradas e improdutivas no Brasil*)⁴¹. Isso significa que mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários, que controlam em média mais de 2.400 hectares. A modernização do campo e o chamado *agronegócio* não elimina uma das principais características do latifúndio que é a concentração de terra, reafirmando o caráter da *modernização*

⁴⁰ PINASSI, Maria Orlanda. *O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política*. Herramienta, Brasil, n. 46, março. 2011. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica#_ftn32>. Acesso em: 25 de dezembro de 2012.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Terras-estao-mais-concentradas-e-improdutivas-no-Brasil>>. Acesso em: 16 janeiro 2015.

conservadora que integra na sua lógica e refuncionaliza os elementos arcaicos do passado.

Tratando do contexto brasileiro no início do século XXI, Sampaio Jr (2012, p. 680-681) aborda o “neodesenvolvimentismo” enquanto uma nova forma de *ideologia burguesa* que ao “identificar as suas utopias com a realidade concreta da economia brasileira” demonstra,

[...] o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos considerados positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de que a economia brasileira estaria passando por um ciclo endógeno de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso já havia uma espécie de ideologia análoga ao neodesenvolvimentismo que se manifestava “contrapondo as diretrizes do Banco Central, liderado por Gustavo Franco, às políticas do BNDES, então sob a influência dos irmãos Mendonça de Barros”. Essa concepção “já surgiu natimorta porque o choque entre teoria e prática era gritante” revelando que a “crise de estrangulamento cambial e a subsequente tutela da política econômica pelo FMI” jogavam por água a baixo “qualquer possibilidade

de camuflar a absoluta impotência do Estado brasileiro diante dos ditames do capital financeiro” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 678-679).

O neodesenvolvimentismo é uma ideologia que é propagada num contexto em que,

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 679).

Nesta manifestação atual da utopia burguesa brasileira “Não se coloca em questão a dupla articulação — dependência externa e segregação social — responsável pela continuidade do capitalismo selvagem” e o “impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado”, também não são examinados “a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho”, de modo que a “discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata”. Havendo, além desta apologia acrítica de um desenvolvimento capitalista “neutro” e “positivo”, uma sofisticação no sentido de buscar uma “aparência crítica” que consiste apenas em “um disfarce para a apologia do *status quo*”. (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 681).

Se simplesmente desconsideramos – como faz essa atual ideologia apologética dos *status quo* vigente - os “condicionantes estruturais que determinam a forma específica de funcionamento da economia brasileira”, seremos incapazes de perceber os “interesses

estratégicos, internos e externos, responsáveis pela continuidade da dupla articulação e seus efeitos perversos” que interferem na “capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do processo de incorporação de progresso técnico”, desconsiderando, assim, a interligação profunda “entre presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682). A apologia acrítica neodesenvolvimentista, ao permanecer apenas na superfície dos fenômenos,

[...] impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas. Sem colocar em evidência os poderosos interesses burgueses externos e internos que devem ser enfrentados para que se possam abrir novos horizontes para o desenvolvimento, os neodesenvolvimentistas ficam presos ao fim da história (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682).

Segue sendo hegemônica na sociedade brasileira uma “teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional” e perpetua a “dupla articulação — dependência externa e segregação social”. Sendo características nesse processo a “desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas”, bem como a “livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional”, além da “restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política

industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público” e a “concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682-683).

A peculiaridade do Brasil no contexto global revela atualmente o “impacto particularmente devastador da etapa superior do imperialismo sobre todas as dimensões da vida nacional” relacionando entre si “o ajuste às exigências da ordem global, a regressão das forças produtivas, a desnacionalização da economia, a naturalização da desigualdade social, a crise federativa”, a “desarticulação dos centros internos de decisão e a crise da identidade nacional” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 683-684).

O palavreado neodesenvolvimentista cumpre, nesse contexto,

[...] uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado: diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 686).

Assim como no período de emergência da revolução burguesa havia uma espécie de ‘liberalismo’ absorvido de maneira tosca pelas elites, e posteriormente um suposto ‘desenvolvimentismo’ modernizante propagandeado antes e após a ditadura; temos a atual ideologia ‘neodesenvolvimentista’ que também cumpre o papel de uma *utopia burguesa*. É evidente que sua aspiração de uma ‘decolagem’ que levaria o Brasil a qualidade de ‘grande potência emancipada’ não encontra bases na realidade concreta. O período de relativa margem de manobra *conjuntural* contribui para alimentar a ilusão de que o Brasil estaria superando sua condição de dependência, quando o que ocorre

concomitantemente é o aprofundamento da dependência econômica, financeira e tecnológica *estrutural*. A aparente estabilidade social lograda com alguns programas sociais e certa redução do desemprego, não impede e nem impedirá as convulsões sociais que resultam da retirada de direitos, da precarização das relações de trabalho, do sucateamento dos serviços públicos e do agravamento da desigualdade.

Desse modo a realidade atual nos mostra que a estrutura socioeconômica dependente consolidada em nossa revolução burguesa segue se reafirmando como *o único tipo de capitalismo possível em nosso País*. A modernização conservadora segue mantendo e *refuncionalizando* as estruturas arcaicas do passado, a burguesia nativa aprofunda seus laços de dependência com as potências imperialistas, e a segregação social permanece como condição necessária numa sociedade onde a classe dominante tem muito pouco a ceder para os ‘de baixo’. Mesmo que o bloco de poder dominante recicle seu poder utilizando também a *democracia de cooptação*, esta segue tendo pouca flexibilidade e nunca será capaz de impedir as convulsões sociais e as lutas populares despontadas pelas contradições da própria ordem. Por isso, acreditamos que não há como compreender a realidade nacional sem levar em conta esses elementos, como ponto de partida fundamental para uma atualização consequente de nossas análises conjunturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dependência econômica perpassou toda a história nacional desde a Colônia, contribuindo para o processo de acumulação primitiva pré-capitalista dos países centrais e posteriormente integrando-se de maneira subordinada à ascensão do capitalismo. Passamos de uma economia escravista mercantil – que perdurou na Colônia e no Brasil Império - para uma economia capitalista já no período da República (generalizando o trabalho assalariado). Esse processo foi desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa *atípica* que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias que *se aburguesaram* e os comerciantes imigrantes. A revolução burguesa se consolida no Brasil com o golpe civil-militar de 1964, que acabou com qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo e ‘cristalizou’ a dupla articulação: ‘dependência externa – segregação interna’ que caracteriza o capitalismo monopolista de Estado dependente brasileiro. Essa consolidação se dá já na época da *crise estrutural do capital* e integra plenamente o Brasil na *estrutura hierárquica* do imperialismo hegemônico global, aprofundando até os dias de hoje a dependência financeira e tecnológica do País frente às grandes potências (especialmente os Estados Unidos).

Nossa revolução burguesa atípica se consolida sem realizar as tarefas democráticas e nacionais (reforma agrária, urbana, emancipação nacional, etc.) que nos países centrais foram fruto da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo; mas essa particularidade não impediu a revolução burguesa de se consolidar e nem consiste num entrave para o desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, ele se

desenvolve mantendo e integrando na sua dinâmica tais estruturas arcaicas, sendo essa manutenção *vantajosa* para uma burguesia nativa *de negócios* e para as burguesias estrangeiras interessadas na importação de produtos primários, e na manutenção do seu protagonismo financeiro, tecnológico, etc. Disso decorre uma realidade social profundamente desigual que sujeita amplas massas do povo à miséria, retirada de direitos, precarização do trabalho, desemprego, sucateamento dos serviços públicos, dentre outras mazelas próprias do capitalismo, mas que se explicitam e se particularizam nos países periféricos e dependentes.

Retomamos então nossa posição ideológica identificada com as classes trabalhadoras e com a possibilidade de construção de uma nova ordem societária, bem como nossa pretensão de contribuir com o desenvolvimento e o aprofundamento das atuais diretrizes curriculares do Serviço Social brasileiro. Nesse sentido consideramos que esse trabalho nos permite expressar um posicionamento acerca de nossas atuais diretrizes curriculares; além de trazer algumas indicações sobre as possibilidades de construção de outro projeto societário a partir da nossa realidade.

Em primeiro lugar enfatizamos o pressuposto, expresso nas diretrizes curriculares da ABEPSS no núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que considera a “constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração *dependente, urbano-industrial*”, sendo a questão agrária “um elemento fundamental da particularidade histórica nacional” (ABEPSS, 1996, p. 10, grifos meus). Tais pressupostos possuem, na nossa avaliação, plena veracidade e atualidade, tendo em

vista o que constatamos nesse trabalho a respeito da realidade atual do Brasil: o aprofundamento da dependência econômica, a concentração de grande parte da população nos centros urbanos e a manutenção e radicalização da concentração de terra. Desse modo é de fato fundamental considerar as particularidades sociais e culturais decorrentes dessa realidade.

Quanto às potencialidades de superação da ordem capitalista dependente, acreditamos que elas residem na situação objetiva dos proletários e da grande massa do povo, e na sua capacidade subjetiva de elevar seu nível de organização e consciência. Historicamente o movimento operário defrontou-se com numerosas adversidades internas e externas:

Ele se pulveriza e é pulverizado por um jogo de forças históricas inexoráveis: novo e móvel demais, cimenta-se muito lentamente e em fortes zigzagues, ostentando uma portentosa renovação permanente de seus quadros. Tido como um risco em potencial para o equilíbrio da ordem, sofre forte compressão que nasce no seio da empresa ou que procede de todas as instituições-chave da economia, da sociedade civil e do Estado. Portanto, negado como movimento, precisa buscar a seiva de sua existência e crescimento ou no compromisso com os interesses burgueses ou nas reivindicações corporativas mais visíveis e prementes ou no clamor da unidade proletária. *Nas várias fases de sua constituição e fortalecimento, o movimento operário percorreu todas essas posições.* De início, muito fraco, retirou da negação do proletário como ser humano uma fonte de confronto com a ordem e com os seus exploradores. Mais tarde, manifestou-se em composição com os estratos mais democráticos e avançados da burguesia e dos setores mais combativos das classes médias. “Cauda política”, mas agente de uma luta defensiva que ia além dos salários e das condições de trabalho: desde os seus primórdios, as hostes proletárias empenharam-se a

fundo na *revolução democrática*, que nunca se incluíra entre as bandeiras “sérias” da burguesia. (FERNANDES, 1986, p. 43, grifos meus).

Os avanços e debilidades do movimento dos trabalhadores relacionam-se, portanto, com suas condições internas de organização e consciência e com as inflexões externas impostas pela repressão e pela cooptação. Com a peculiaridade de confrontar-se com uma classe dominante que jamais protagonizará a realização das bandeiras nacionais e democráticas típicas das revoluções burguesas clássicas, o que torna essas bandeiras tarefas da luta proletária e popular, integrando-as na estratégia de superação da ordem capitalista.

Está comprovado que as burguesias dos países capitalistas dependentes privilegiam a *aceleração* do desenvolvimento capitalista; elas não privilegiam o desenvolvimento capitalista *independente*. [...] Elas estão dizendo aos proletários urbanos e rurais dos países periféricos: *danem-se!* Isto é o que vocês podem obter do capitalismo, nem mais nem menos... Todo o resto sobre “aberturas democráticas”, “centros nacionais de decisão”, “desconcentração da renda” etc., é pura retórica. A realidade está posta na contra-revolução prolongada, de amplitude mundial. Ela não se casa com os papéis e as funções que a revolução nacional teve, no passado, nas primeiras versões da revolução burguesa. Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução nacional. Por uma razão simples: **onde a revolução nacional constituir uma necessidade histórica** (e ela aparece como tal reiteradamente, quase universalmente na periferia), **ela terá de opor-se ao capitalismo**. As revoluções nacionais *que se atrasaram* são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, **têm de voltar-se contra ele**. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista (como diriam os sociólogos estadunidenses, ela se tornou disfuncional para ele) e, por conseguinte, para que a

revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos, é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação. (FERNANDES, 1981, p. 22, grifos meus e do autor).

Torna-se imperante se desfazer de qualquer perspectiva que acredite num ‘desenvolvimento nacional autônomo’ promovido pelas classes dominantes brasileiras. A possibilidade de promover a emancipação nacional, a reforma agrária, urbana, desenvolvimento industrial autônomo, etc. são mudanças que entram diretamente em confronto com a ordem capitalista dependente e seus limites estruturais inelutáveis. É evidentemente “impossível imaginar brechas para mudanças parciais que possam provocar transformações substanciais no padrão de desenvolvimento da economia brasileira” se não buscarmos “uma profunda e radical ruptura com a institucionalidade vigente” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 683), fica claro que o “verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano” exige de nós a superação “de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da dependência”, buscando assim uma concepção que “encontra-se no polo oposto da perspectiva provinciana, das opções de classe e das escolhas teóricas dos neodesenvolvimentistas” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 686).

O grande capital monopolista nativo e o latifúndio, associados ao imperialismo estrangeiro, de fato constituem o bloco de poder dominante no Brasil. Essa constatação coloca ao proletariado o desafio de avaliar suas possíveis alianças com todos os setores populares que de alguma maneira são explorados e/ou oprimidos por esse bloco de poder. O grande problema está em “estabelecer a relação entre classes e massas”; a classe “tem que ser o elemento condensador, que iria permitir

e orientar a mobilização política dessas massas, tanto no campo como nas cidades” (FERNANDES, 1994, p. 144). Ou seja, haveria uma tríplice aliança entre “o operário, o trabalhador da terra e essa massa de oprimidos, que flutua no campo e nas cidades” (FERNANDES, 1994, p. 144).

Ao mesmo tempo em que aparece uma classe média alta “de nível de vida, em termos de visibilidade, parecido com o da grande burguesia”⁴², ocorre também uma “plebeização da classe média tradicional, uma classe média ligada com as profissões liberais, com o ensino, com a pequena burocracia, com o pequeno comércio, a pequena indústria” (FERNANDES, 1994, p. 144-145). Esses setores médios são “cada vez mais comprimidos e reprimidos dentro dessa expansão do grande capital e do capitalismo monopolista e alimentam um forte ressentimento”; conjuntamente com a pequena-burguesia que “é obrigada a suportar o peso maior de uma proletarização iminente” (FERNANDES, 1994, p. 145). Tais setores subjugados pelo bloco de poder dominante, embora potencialmente vacilantes, possuem vital importância como aliados históricos do proletariado na luta contra a ordem capitalista dependente.

Florestan Fernandes (1981, p. 1-2) fala de como – na realidade brasileira - as *revoluções dentro da ordem* se relacionam com a futura *revolução contra a ordem*:

Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de reforma agrária e na qual a revolução urbana se confunde ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito

⁴² “É a tecnocracia das grandes empresas privadas e estatais, são os elementos que se tornam os administradores das fábricas, dos bancos, das grandes organizações comerciais. Esse setor, praticamente identificado com o grande capital, com os interesses do grande capital, só excepcionalmente se desloca para posições que seriam nacionalistas, libertárias ou socialistas.” (FERNANDES, 1994, p. 144).

com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática. Essas transformações são concomitantes e se regulam pelo grau de diferenciação interna do sistema de produção propriamente dito. Pode-se dizer o que se quiser a respeito de tais sociedades capitalistas: "Nações proletárias" ou "Nações de lumpen-burguesias" - a verdade é que elas possuem um enorme espaço interno para as *revoluções dentro da ordem*. Transformações, que foram desencadeadas em outras sociedades capitalistas *avançadas* ("clássicas" ou "atípicas") a partir de iniciativas das classes altas ou das classes médias burguesas, nelas terão de transcorrer a partir de iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras: os condenados da terra têm o que fazer e, se eles não fazem, a história estaciona (isto é, o capitalismo não gera dividendos que interessem e aproveitem à Nação como um todo). Lembremos 1964: a revolução democrática é subitamente convertida numa revolução antidemocrática.

Isso significa que as transformações que nos países centrais foram fruto do desenvolvimento capitalista, em nossa realidade só poderão se efetivar *contra esse desenvolvimento*, unindo-se *desde o início* ao processo cumulativo de construção das condições para uma revolução contra a ordem capitalista. Ou seja, mesmo no momento em que ainda consistem em *revoluções dentro da ordem*, elas só podem ser 'arrancadas' pela pressão dos 'de baixo', entrando desde o princípio em confronto com o bloco de poder dominante. Esse confronto - se for contínuo e cumulativo no rumo de uma estratégia revolucionária clara por parte dos 'de baixo' - só pode desembocar numa ruptura com a própria ordem capitalista.

Aqueles que negam (por temor do oportunismo ou reformismo) a *inevitabilidade* do processamento das bandeiras nacionais e democráticas *no interior* da **estratégia socialista** numa interação entre a luta *dentro da ordem* e *contra a ordem* ignoram duas coisas:

Primeiro, que, sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica, as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado como classe em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da "democracia burguesa" para a de fator de uma *democracia da maioria*, isto é, uma democracia popular ou operária (FERNANDES, 1981, p. 2-3).

Não é possível prever como se dará o desencadeamento (a sucessão dos acontecimentos) nesta dialética entre *revolução dentro da ordem e contra a ordem*; porém podemos compreender quais são as possibilidades e as tarefas que se apresentam para os trabalhadores e todas as massas populares. Com certeza impõem-se como necessidade a constituição de instrumentos políticos capazes de organizar e unificar as amplas massas em torno de um horizonte claro de profundas transformações sociais, mantendo *plena autonomia frente ao bloco de poder dominante* e congregando todos que de alguma maneira podem entrar em confronto com esse poder.

Acreditamos que a formação e a elevação do nível de consciência precisam ocorrer em conjunto com as lutas cotidianas e com o fortalecimento dos instrumentos de organização popular; compreendendo que as lutas vão sempre partir das necessidades mais sentidas, das reivindicações imediatas, que no decorrer de seu enfrentamento precisam ser capazes de elevar o nível de consciência e

organização do povo a partir de instrumentos coletivos capazes de fazer essa mediação. Eis o desafio histórico iminente com o qual todos nos defrontamos, desafio que exige de todos os setores populares desprendimento; capacidade de aprender com os erros e acertos do passado e de absorver sem dogmatismo as contribuições teóricas e políticas acumuladas até então; além de criatividade para desenvolver formulações originais e enfrentar com ousadia e consequência as barreiras do passado e do presente.

Como parte da classe trabalhadora, a categoria das/dos assistentes sociais tem um importante papel no desenvolvimento de análises teóricas acerca da realidade social, e no fortalecimento de sua auto-organização articulando-se com a organização e a luta de toda a classe trabalhadora. Nosso projeto ético-político e nossas atuais diretrizes curriculares precisam ser defendidos sempre no espírito do seu constante aperfeiçoamento, encarando a luta pela sua plena efetivação como uma batalha constante a ser edificada no dia a dia e nos espaços de organização política e acadêmica da categoria. Esses são os desafios que projetamos para as/os assistentes sociais, para toda a classe trabalhadora e todo o povo brasileiro, com a plena convicção de que – como cantou Belchior – *“o que transforma o velho no novo, bendito fruto do povo será”*.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996

ALBUQUERQUE, Valdo. *No primeiro semestre, mais 127 empresas são desnacionalizadas*. Em: <http://www.horadopovo.com.br/2013/09Set/3188-20-09-2013/P2/pag2b.htm>>. Acesso em: 14 janeiro 2015.

CARDOSO, Artur Monte. **Burguesia brasileira nos anos 2000 - um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados** (mestrado). São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2014.

CARTA MAIOR. *Matemáticos revelam rede capitalista que domina o mundo*. Em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Matematicos-revelam-rede-capitalista-que-domina-o-mundo/7/17736>>. Acesso em: 14 janeiro 2015.

CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**. 2011.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **Em Busca do Socialismo**. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Democracia e desenvolvimento: A transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. “Florestan Defende o Conceito de Luta de Classes”, In: **Folha de São Paulo**, 04/09/1990.

_____. **O que é revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAMSCI. A. **Cadernos do cárcere. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** Porto Alegre: Cortez Editora, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico** 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira,** 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2012 e 2013.

LARA, Ricardo. **Produção de conhecimento no Serviço Social: O mundo do trabalho em debate.** São Paulo: UNESP, 2011.

LÊNIN. V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUKÁCS. G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Conversando com Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. “**Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**”, in Karl Marx e Friedrich Engels [1977]. Karl Marx e Friedrich Engels – Textos 3, São Paulo: Edições Sociais 300-303. Originalmente publicado em alemão, 1859.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ponto de vista anti-imperialista*. Em: <<http://marxists.org/portugues/mariategui/1929/06/antiimperialista.htm>> Acesso em: 15 novembro 2014

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1990.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Uma crise estrutural exige uma mudança estrutural**. Em: <http://resistir.info/meszaros/meszaros_mar12_p.html>. Acesso em: 06 janeiro 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo (SP): Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis** – Porto Alegre: Abepss, Ano II, nº 3, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *A atualidade de Florestan Fernandes*. **Brasil de Fato**, 2013. < <http://www.brasildefato.com.br/node/12398>>. Acesso em: 04 Janeiro 2015.

PINASSI, Maria Orlanda. *O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política*. **Herramienta**, Brasil, n. 46, março. 2011. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movimentos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica#_ftn32>. Acesso em: 25 de dezembro de 2012.

POCHMANN, M. O país dos desiguais. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, out. 2007. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=30>> acesso em 28 de dezembro de 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SAMPAIO JUNIOR, P. S. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Igor Felipe. *Terras estão mais concentradas e improdutivas no Brasil*. Em: <<http://www.mst.org.br/Terras-estao-mais-concentradas-e-improdutivas-no-Brasil>> Acesso em: 16 janeiro 2015.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.